

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NAS PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES

ECONOMIA SOLIDÁRIA,
AGRICULTURA URBANA E
EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA





DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NAS PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGRICULTURA URBANA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Relatório de pesquisa (versão completa)

Coordenação da pesquisa: Marcelo Gomes Justo

Realização da pesquisa: Beatriz Schwenck

Autores: Beatriz Schwenck e Marcelo Gomes Justo

Revisão: Helena Singer

Design e editoração: Beatriz Schwenck e Jessica Silveira

Instituto Paul Singer

Diretor-executivo - Marcelo Gomes Justo

Pesquisadora-educadora - Beatriz Schwenck

Assistente administrativa - Jéssica Mariana da Silva Santos

Equipe de articuladores - Alcielle dos Santos; Aline Mendonça dos Santos; Egeu Gomez Esteves; Fábio José Bechara Sanchez; Iolanda Évora; Manoel Vital de Carvalho Filho; Marcos Barreto; Mariana Giroto; Regilane Fernandes da Silva; Roberto Marinho Silva; RONALDA BARRETO SILVA; Valmor Schiochet; Vanessa Moreira Sígolo

Fundação Tide Setubal

Diretora executiva - Mariana Neubern de Souza Almeida

Coordenadora do Programa Nova Economia e Desenvolvimento Territorial - Kenia Cardoso

Gerente de comunicação - Fernanda Nobre

ISBN: 978-65-985422-1-4

São Paulo, 2024

Registramos nosso agradecimento especial a todas as pessoas que compõem as organizações interlocutoras desta pesquisa, sobretudo àqueles e àquelas que participaram diretamente das oficinas e seminários de desenvolvimento solidário: Hermes de Souza, Valter Passarinho, Paulo Santiago, Vilma Martins, Adolfo Mendonça e toda a equipe da Agência NUAR, do Instituto NUA; Maria de Lourdes da Conceição Nascimento, Jamira Muniz, Sonia Dias e Carlos Eduardo Barbosa, da Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia; Rayanne de Medeiros Gonçalves, Maria Alice Monteiro, Julia Fernandes e Wallace Terra da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro; Nelsa Nespolo e Neneide Lima, da Justa Trama. Coerentemente com nossa metodologia, a construção do conhecimento foi coletiva com estes interlocutores/as.

SUMÁRIO

Resumo executivo.....	2
A Fundação Tide Setubal e a produção do conhecimento.....	6
Introdução.....	9
Considerações metodológicas.....	14
PARTE 1 - Um raio-x das organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário nas periferias urbanas.....	19
PARTE 2 - Lições sobre o desenvolvimento territorial solidário.....	40
PARTE 3 - Condições para promoção do desenvolvimento territorial solidário: orientações para as organizações, para elaboração de políticas públicas e para direcionamento do investimento social privado	65
Considerações finais.....	69
Referências bibliográficas.....	72

Resumo Executivo

Este texto apresenta os resultados da pesquisa “Desenvolvimento territorial nas periferias das grandes cidades orientado pela economia solidária, agricultura urbana e educação transformadora”, realizada pelo Instituto Paul Singer com apoio da Fundação Tide Setúbal entre os meses de setembro/2023 e julho/2024.

O objetivo da pesquisa foi investigar as organizações que atuam na promoção do desenvolvimento solidário dos territórios onde estão inseridas, buscando compreender de que maneira as dimensões da agroecologia, economia solidária e educação transformadora são mobilizadas na prática e o que a combinação dessas dimensões pode nos ensinar sobre processos de construção de concepções e práticas contra-hegemônicas do desenvolvimento territorial. Tendo como recorte empírico experiências de desenvolvimento territorial em periferias de grandes centros urbanos brasileiros, a apresentação dos resultados da pesquisa visa contribuir para aprofundar e qualificar o conceito de Desenvolvimento Solidário tal como vem sendo mobilizado pelo Instituto Paul Singer.

Como recorte empírico, esta pesquisa teve a premissa de adotar um olhar privilegiado para periferias urbanas das regiões metropolitanas, partindo do entendimento de que é nas grandes cidades onde mais se acentuam os efeitos das crises e desigualdades e, de igual maneira, onde podem ser encontrados arranjos criativos e inovadores para superá-las. Buscamos contemplar as cinco regiões brasileiras. A pesquisa centrou-se nas periferias urbanas de São Paulo/SP, Brasília/DF, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Salvador/BA e Maricá/RJ.

Como dimensão epistemológica e metodológica, nos orientamos pelos fundamentos da pesquisa-ação. Buscamos construir espaços de construção coletiva do conhecimento com os interlocutores/as das organizações visitadas, além de propor espaços de conexão e encontro para fortalecer as redes e projetos políticos comuns. Um primeiro passo foi a construção de um Banco de experiências de desenvolvimento solidário, a partir de dados secundários, onde foram mapeadas mais de 80 iniciativas. Posteriormente, foram realizadas visitas em 23 delas nos municípios selecionados; e realizados dois ciclos de oficinas sobre desenvolvimento solidário (um virtual e um presencial) para aprofundar algumas reflexões com as pessoas que atuam no dia a dia das organizações.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, fazemos uma breve descrição das organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário a partir da apresentação de quatro casos: Instituto Nova União da Arte, localizado em São Paulo; a Justa Trama, de Porto Alegre; a Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá; e a Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, em Salvador. Nessas organizações foi possível observar de maneira sistematizada as três dimensões do desenvolvimento solidário. Após uma breve apresentação e ressaltando o papel da autogestão como forma de organização interna, trazemos um primeiro esforço de sistematização das organizações que promovem o desenvolvimento solidário em quatro tipos: 1) organizações de moradores, 2) organizações de assessoria técnica, 3) redes de produtores e 4) iniciativas do poder público.

Em seguida, trazemos três tópicos sobre o funcionamento das organizações. O primeiro deles é sobre o papel das mulheres, uma vez que observamos um protagonismo majoritariamente feminino na animação de atividades de promoção do desenvolvimento solidário. Com isso, reforçamos a importância de uma abordagem interseccional, que combina gênero, raça e classe, para pensar o desenvolvimento. Em seguida, apresentamos as fontes de financiamento das organizações, que combinam fundos privados, recursos públicos e estratégias de autofinanciamento.

Na segunda parte, apresentamos as lições sobre desenvolvimento solidário que aprendemos com as organizações que atuam nos territórios. Iniciamos esta parte com um debate sobre o território como um lugar para pensar e realizar o desenvolvimento. Retomamos as formas de delimitação dos territórios observadas em campo (que podem ser geográficas, identitárias, administrativas) e os indicadores que as organizações mobilizam para medir a vida - e as transformações - nos territórios onde atuam.

No tópico seguinte, mostramos como uma concepção solidária de desenvolvimento mobiliza como motor principal os sonhos que as pessoas têm para suas vidas e comunidades. Para isso, lembramos da importância da arte e da cultura como ferramentas para aproximar as pessoas e possibilitar espaços de conexão, criatividade e construção de vínculos. No que diz respeito às estratégias de mobilização comunitária, vemos como experiências de diferentes cidades guardam alguns pontos em comum: quebrar os muros, romper as barreiras e apostar na relação de pertencimento para mobilizar e articular com a comunidade o rumo do desenvolvimento que a implica.

Em seguida, olhamos para as dinâmicas e práticas econômicas locais, reconhecendo que a transformação orientada para o desenvolvimento solidário demanda a reorganização dos sistemas econômicos de maneira a construir relações de solidariedade, cooperação, livres de exploração e violência. A dimensão econômica se liga diretamente com a dimensão ambiental. Passamos por vários temas como os impactos das mudanças climáticas, a gestão de resíduos, as formas de cultivo e a segurança alimentar e nutricional. Identificamos, na sistematização desses debates, a agroecologia como um caminho para orientar as ações voltadas para uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Em seguida, olhamos para a dimensão da educação. Como elemento de conscientização para a construção contra-hegemônica do desenvolvimento, uma educação popular orientada para a transformação dos territórios é uma dimensão fundamental. Pensamos os lugares formais e não formais da educação, mapeamos as práticas e metodologias usadas e o papel da escola na mobilização comunitária voltada para o desenvolvimento territorial solidário. Por fim, finalizamos esta parte com uma discussão sobre os arranjos de desenvolvimento solidário. Reconhecendo a importância da articulação em rede, buscamos olhar os tipos de vínculo e o que eles aportam para a complexificação, fortalecimento e consolidação do desenvolvimento solidário como um projeto político de grande fôlego.

Na terceira parte, reunimos orientações para as organizações, para elaboração de políticas públicas e para direcionamento do capital privado-filantropico. De caráter mais propositivo, nesta última parte reforçamos estratégias comuns para serem adotadas, ampliadas ou fortalecidas nas comunidades, como a ocupação dos espaços públicos; a construção de redes e arranjos solidários envolvendo diferentes tipos de organização, e a promoção de trocas de experiências entre elas; e o fortalecimento do trabalho das organizações nas escolas públicas dos territórios onde estão inseridas, como ferramenta de fomentar o engajamento da comunidade e levar a maior quantidade de famílias ao debate sobre desenvolvimento solidário. Em relação ao poder público, destacam-se as reivindicações de acesso a recursos públicos de forma permanente e com autonomia, não apenas por meio da revisão dos critérios e procedimentos burocráticos envolvidos nos editais e convênios - que muitas vezes são incompatíveis com a realidade e grau de formalização de organizações de referência na promoção do desenvolvimento territorial solidário; como também na criação de estratégias inovadoras que sejam mais sensíveis às particularidades de cada local e organização. Também registramos reivindicações pela criação de moedas sociais e que sejam utilizadas como

canais para distribuição de benefícios e auxílios para a população; assim como a existência de ações de extensão da universidade que possam fortalecer o trabalho desenvolvido pelas organizações comunitárias sem impor a elas uma hierarquia de saberes e técnicas. O debate sobre a importância da autonomia das organizações frente ao recurso público se estende ao debate sobre o capital privado-filantrópico. Registramos também a importância do fomento a atividades de intercâmbio e troca de experiência.

A última seção do texto é dedicada às considerações finais. Ali, reforçamos um dos principais aprendizados da pesquisa: a compreensão de que são nos arranjos de desenvolvimento solidário onde se encontram, de forma potente, as relações entre economia solidária, agroecologia e educação transformadora, e onde se constroem de maneira complexa, profunda e densa as concepções e práticas de desenvolvimento solidário. Por fim, apontamos um possível desdobramento da pesquisa: compreender de que maneira as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário elaboram sistemas de indicadores alternativos, com objetivo de sistematizar, monitorar e avaliar o impacto das suas ações. Acreditamos que essa dimensão é um passo significativo na qualificação do desenvolvimento solidário como proposta concreta, assentada em experiências reais, como um projeto político de grande fôlego para garantir novas correlações de força entre as pessoas e a natureza nos diferentes territórios do nosso país.

A FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO



Bairro do Céu, Manaus/AM

A Fundação Tide Setubal é uma organização familiar de origem não-governamental que tem por objetivo o combate às desigualdades socioespaciais e o desenvolvimento das periferias urbanas, com foco no protagonismo dos sujeitos periféricos e de seu desenvolvimento autônomo.

Para atingir este objetivo, é necessário pensar rearranjos econômicos que sejam capazes priorizar a autonomia produtiva destes territórios e dos saberes de seus agentes. O programa de Nova Economia e Desenvolvimento Territorial volta um olhar cuidadoso para a lógica de funcionamento das cadeias globais de valor e para a forma como elas organizam a divisão do trabalho nas grandes metrópoles. Acreditamos ser possível desenvolver outra economia, fundamentada no potencial produtivo local, na qualidade do trabalho, na sustentabilidade e no investimento público direcionado.

O desenvolvimento solidário pode ser horizonte para uma nova realidade econômica a partir das periferias. A forma como se organiza a sociedade para a produção e reprodução material da vida precisa ser revista com urgência e a economia solidária nos oferece pistas para um futuro mais justo. Paul Singer dedicou sua carreira como economista para refletir e propor formas atualizadas de autogestão e que respondam aos desafios políticos, sociais e ambientais da vida contemporânea.

Esta pesquisa teve como objetivo o mapeamento das iniciativas Brasil afora que mantêm vivo o espírito da economia solidária. Paul Singer foi pioneiro ao sistematizar ideias que compõem a história do pensamento econômico, fazendo a mediação necessária para a economia territorial. Uma economia autogestionada tende a ser localizada. O Instituto Paul Singer é um parceiro importante para que possamos seguir adiante nas construções e propostas para uma economia justa no século XXI. A Fundação Tide parte do pressuposto que são nos territórios que as desigualdades socioeconômicas se escancaram, portanto, é a partir deles que as mudanças precisam ser articuladas.

Os territórios periféricos são ricos de inteligências, tecnologias sociais e econômicas que informam outra ética e episteme. Os povos negros e indígenas, que majoritariamente o compõem, são herdeiros da vida em comunidade, de uma relação de pertença com a terra e uma visão integrada com a natureza. Se a história do Brasil é resultado, em muitos momentos, do assalto a esse legado, a justiça só pode ser feita pelo resgate dos formatos de vida dos povos originários.

O sentido da escuta e do diálogo propostos pela Fundação Tide e pelo Instituto Paul Singer é captar o que há de mais atual e igualitário sendo pensado pelos sujeitos(as) periféricos(as). Acreditamos ser este o caminho. Não existem respostas prontas, mas há alguns pressupostos, como a justiça econômica e a igualdade racial, que orientam a busca.

Esta é a primeira etapa de um estudo que pretende partir do pensamento no campo da economia solidária para atualizá-lo e buscar outros nexos e sentidos em iniciativas concretas, em territórios únicos, mas sinérgicos em suas lutas e resistências. A produção econômica é por essência coletiva. Esperamos contribuir de alguma forma para que a reflexão em torno de um futuro digno encontre caminhos de concretização.

Kenia Cardoso

Coordenadora do Programa Nova Economia e Desenvolvimento Territorial
Fundação Tide Setubal

INTRODUÇÃO



União de Vila Nova, São Paulo/SP

Este texto reúne os resultados da pesquisa “Desenvolvimento territorial nas periferias das grandes cidades orientado pela economia solidária, agricultura urbana e educação transformadora”, realizada pelo Instituto Paul Singer com apoio da Fundação Tide Setubal entre setembro/2023 e julho/2024.

O objetivo da pesquisa foi investigar as organizações que atuam na promoção do desenvolvimento solidário dos territórios onde estão inseridas, buscando compreender de que maneira as dimensões da agroecologia, da economia solidária e da educação transformadora são mobilizadas na prática e o que a combinação dessas dimensões pode nos ensinar sobre processos de construção de concepções e práticas contra-hegemônicas do desenvolvimento territorial. Tendo como recorte empírico experiências de desenvolvimento territorial em periferias de grandes centros urbanos brasileiros, os resultados da pesquisa contribui para aprofundar e qualificar o conceito de Desenvolvimento Solidário tal como vem sendo mobilizado pelo Instituto Paul Singer. A seguir, apresentamos as bases teóricas da pesquisa para, em seguida, situar a organização do texto, que inclui uma apresentação das orientações epistemológicas e metodológicas adotadas, uma descrição das observações empíricas e dos principais interlocutores.

O ponto de partida é a obra de Paul Singer, para quem o conceito de Desenvolvimento Solidário pode ser compreendido como “um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma” (Singer, 2022, p.141).

Para Singer, os debates sobre desenvolvimento são centrais. A partir de sua obra, com essa pesquisa procuramos articular as críticas aos modelos capitalista e globalizante de desenvolvimento com o registro e análise sobre outras concepções e práticas de desenvolvimento, criadas desde os territórios, que desafiam lógicas hegemônicas para pensar arranjos inovadores e criativos postos à serviço da vida, do bem viver e dos territórios.

Questionando a organização capitalista e a divisão internacional do trabalho, Paul Singer é um dos intelectuais que se aproxima dos movimentos que, a partir dos anos 1980, se organizavam no Brasil para construir “outros mundos possíveis”, baseados na democratização da economia e da política. Dialogando com esses atores e aprendendo com suas práticas e experiências de organização econômica e social, Singer

contribui com significativa produção teórica que lança luz às consequências da concentração de riquezas nas mãos de poucos e à forma como são produzidas a pobreza, a deterioração da qualidade de vida e desigualdades sociais, econômicas, políticas e ambientais, decorrentes de um padrão de desenvolvimento orientado para o lucro, tendo na economia de mercado sua forma econômica central. Sua obra aponta a necessidade de construção de estratégias de promoção do desenvolvimento que tenham como eixo central o bem estar da população e sua melhora na qualidade de vida, e não apenas o crescimento econômico, e que conte, inevitavelmente, com a participação popular desde a concepção até a implementação (Justo e Schiavinatto, 2023).

Paul Singer propõe uma visão em que o desenvolvimento seja estratégia de redução e superação das desigualdades. Para isso, indica que políticas de promoção do desenvolvimento necessitam conter medidas redistributivas da renda e visar à ativação econômica dos setores empobrecidos. Além disso, precisa envolver um debate sobre a preservação e a justiça ambiental. Singer apresenta o associativismo e cooperativismo autogestionários como possíveis caminhos para gerar oportunidades de trabalho e de alternativas de produção, fomentando a participação cidadã e ensejando novas formas de intervenção social, em direção à equidade e à sustentabilidade com a natureza (Singer, 2022; Gaiger, 2009).

No artigo “É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres?”, Singer ([2004] 2022) argumenta que o processo de desenvolvimento solidário é feito *pela e para a* comunidade. Não se trata de levar o desenvolvimento, mas sim de fomentar os processos endógenos que o sustentam. O desenvolvimento solidário, desde essa perspectiva, envolve a participação de agentes externos às comunidades, com uma dimensão fundamental que é a participação coletiva, pautada na autogestão, na cooperação e na solidariedade, de forma que todas as pessoas participem dos processos de decisão, produção das riquezas e delas possam se beneficiar. “Não se trata, tampouco, de estimular pela competição o ‘empreendedorismo’ individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores” (Singer, 2022, p. 173). Ao que Singer identifica como a necessidade da união por meio dos arranjos produtivos locais, aqui, como apresentaremos nas páginas a seguir, complementamos com a importância da união por meio de arranjos de desenvolvimento solidário, que englobam diferentes atores, entidades e organizações que trabalham em sinergia para a promoção de um desenvolvimento baseado na democracia, no respeito, na solidariedade e na justiça social e ambiental.

Desde essa concepção, o desenvolvimento solidário não nega os avanços tecnológicos produzidos sob a hegemonia capitalista, nem a qualidade de vida por eles proporcionados. Ele questiona, no entanto, a quem servem essas tecnologias, quais são as pessoas que podem usufruir delas e quem são (ou devem ser) os protagonistas do processo de promoção do desenvolvimento. Por sua vez, propõe uma lógica em que os benefícios e prejuízos dos avanços tecnológicos e do crescimento econômico sejam distribuídos de forma mais igualitária, assumindo como centralidade a vida das pessoas e uma relação saudável com a natureza (Marinho Alves da Silva e Silva, 2023). Enfatiza a participação das pessoas na concepção e implementação das estratégias do desenvolvimento, com base na autogestão.

Trazendo um olhar para territórios urbanos, buscamos articular o debate sobre desenvolvimento solidário com um acúmulo de reflexões, publicações e políticas de promoção do desenvolvimento territorial. Partimos do entendimento de que “as desigualdades socioespaciais são marcantes nas metrópoles brasileiras e, diante desse contexto, as ações da sociedade civil voltadas a contribuir com o desenvolvimento territorial, ampliar a capacidade de ação dos sujeitos e fortalecer as políticas urbanas com vista ao atendimento das demandas da população adquirem ainda mais relevância” (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 11). A partir do acúmulo de Singer e da Fundação Tide Setubal, em diálogo com as ações organizadas em diferentes periferias urbanas brasileiras, buscamos apontar caminhos para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento territorial solidário. Uma concepção do desenvolvimento concebido e posto a serviço das pessoas, que tenha como centralidade a cooperação entre as pessoas, os saberes e riquezas de cada território, que contribua para a redução e a superação das desigualdades sócio-espaciais.

Esta pesquisa sistematiza estratégias de desenvolvimento solidário em diferentes lugares do Brasil, como forma de refletir, aprofundar e qualificar uma proposta de desenvolvimento sustentado em três dimensões: a economia solidária, a agroecologia e a educação transformadora.

Orientamo-nos, epistemológica e metodologicamente, pelos fundamentos da pesquisa-ação. Essas concepções estão apresentadas no tópico a seguir, bem como uma delimitação do campo empírico e dos processos coletivos de análise dos dados que empreendemos ao longo do processo de pesquisa.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos organizações que promovem o desenvolvimento territorial nas periferias urbanas, a partir de quatro casos emblemáticos: Instituto Nova União da

Arte, localizado em São Paulo; a Justa Trama, de Porto Alegre; a Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá; e a Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, em Salvador. Nessas organizações foi possível observar de maneira sistematizada as três dimensões do desenvolvimento solidário. Após uma breve apresentação dessas organizações e dos territórios onde atuam, trazemos algumas reflexões sobre quem são as pessoas que atuam nessas organizações, como se organizam na lógica de autogestão e quais são as principais fontes de financiamento.

Na segunda parte, reunimos as lições sobre o desenvolvimento territorial solidário a partir das concepções e práticas dessas organizações. Trazemos reflexões sobre as estratégias de mobilização comunitária, as práticas de economia solidária adotadas nos territórios, como mobilizam o debate ambiental e quais são os caminhos para construção de sujeitos e epistemologias periféricas na perspectiva de uma educação transformadora. Por fim, aprofundamos na concepção dos arranjos de desenvolvimento solidário. Reconhecendo a importância da articulação em rede, buscamos olhar os tipos de vínculo e o que eles aportam para a complexificação, fortalecimento e consolidação do desenvolvimento solidário como um projeto político de grande fôlego.

Na terceira parte, sistematizamos estratégias para o futuro e orientações para a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento solidário. Reunimos reflexões sobre as formas de financiamento público e do investimento social privado e registramos prospecções que podem contribuir para subsidiar, orientar e fortalecer os caminhos de transformação dos territórios periféricos em direção à construção coletiva e autogestionária do desenvolvimento.

Considerações metodológicas

O objetivo desta pesquisa foi investigar as organizações que atuam na promoção do desenvolvimento solidário dos territórios onde estão inseridas, buscando compreender como as dimensões da agroecologia, da economia solidária e da educação transformadora são mobilizadas na prática e o que a combinação delas pode nos ensinar sobre processos de construção de concepções e práticas contra-hegemônicas do desenvolvimento territorial.

Para isso, a pesquisa foi construída sobre as bases da pesquisa-ação, que compreende o processo de construção de conhecimento como dimensão indissociável da ação orientada para a transformação da realidade. Na prática, isso significou adotar uma postura sensível às concepções e práticas dos/as interlocutores/as, privilegiar espaços de construção coletiva do conhecimento e contribuir para o fortalecimento das articulações entre as organizações.

Paralelamente e de modo complementar à pesquisa, realizamos uma série de seminários virtuais sobre o desenvolvimento solidário entre agosto e dezembro de 2023. Nestes encontros, o debate entre gestores/as públicos, lideranças de diversas organizações da sociedade civil e pesquisadores/as acadêmicos contribuiu para criar um denso repertório de teorias e concepções que guiaram as fundações teóricas e epistemológicas da pesquisa¹.

Outro diálogo importante para aprofundar os temas que, ao longo do processo, mobilizados na pesquisa foi o curso de Introdução ao Desenvolvimento Solidário realizado pelo Instituto Paul Singer em parceria com o Galpão ZL e com o Instituto Nova União da Arte, com apoio da Fundação Tide Setubal. Este curso, do qual participaram lideranças comunitárias dos bairros do Jardim Lapenna e União de Vila Nova, Zona Leste de São Paulo/SP, foi um local privilegiado para dialogar sobre os temas do desenvolvimento solidário, como o conceito de desenvolvimento territorial, economia solidária, agroecologia urbana, educação democrática, as formas de organização da sociedade civil e o papel do Estado.

¹Os encontros estão gravados e disponíveis no canal de youtube do Instituto Paul Singer.

A primeira etapa da pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas desenvolvimento territorial, desenvolvimento solidário, economia solidária, agroecologia e educação transformadora. Nesta etapa, a obra de Paul Singer foi o ponto de partida para a concepção de desenvolvimento solidário como uma proposta que alia transformações paradigmáticas nas áreas da economia, da política, da educação e da relação com o meio ambiente.

A etapa seguinte consistiu em realizar um mapeamento com dados secundários, por meio das nossas redes de parceiros e com buscas pela internet, de organizações e entidades que atuam com educação transformadora, economia solidária e agroecologia, ou com pelo menos duas dessas dimensões. Foram mapeadas 78 iniciativas por todo o Brasil, com atuação rural e urbana, organizadas em um Banco de Experiências de Desenvolvimento Solidário.



Com esse primeiro olhar para as organizações, foi possível perceber uma diversidade de atuações. Pode ser constatado que as organizações dedicadas a promover o desenvolvimento solidário apresentam diferentes origens e formas de atuação. Assim, foi possível traçar um primeiro esforço de sistematização das experiências entre 1) organizações de moradores/as dos territórios (no mapa, em vermelho), 2) organizações de assessoria técnica (verde), 3) redes de produtores/as (azul) e 4) iniciativas oriundas do poder público (preto). Também foi possível observar uma polissemia de conceitos envolvendo sobretudo os campos da economia solidária e agroecologia, mostrando a importância de expandirmos o olhar para iniciativas voltadas para “empreendedorismo”, “empregabilidade”, “geração de renda”, “inserção no mercado de trabalho”, “fomento à economia local”, “economia criativa”, por um lado; e “ações socioambientais”, “sustentabilidade”, “agricultura ancestral”, “segurança alimentar e nutricional”, por outro; buscando as convergências e divergências dessas ações com o recorte que delimitamos inicialmente.

Como recorte empírico, esta pesquisa teve a premissa de adotar um olhar privilegiado para periferias urbanas das regiões metropolitanas, partindo do entendimento de que é nas grandes cidades onde mais se acentuam os efeitos das crises e desigualdades e, de igual maneira, onde podem ser encontrados arranjos criativos e inovadores para superá-las. Buscamos contemplar as cinco regiões brasileiras. O banco de casos nos ajudou a escolher as cidades para realização de visitas de campo. Foram selecionadas pelo menos uma cidade de cada região do Brasil, além de englobar nas visitas organizações que respondessem aos quatro tipos de organização citados anteriormente.

Foram realizadas, entre dezembro/2023 e abril/2024, visitas a iniciativas das seguintes cidades: São Paulo/SP, Brasília/DF, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Salvador/BA e Maricá/RJ. As quatro primeiras são capitais e concentram grande parte da população dos seus estados. Maricá, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi escolhida por acolher uma experiência marcante no âmbito das políticas públicas, sendo um campo de investigação voltado para o papel do Estado na promoção de ações de desenvolvimento local. Nas visitas, um guia semi-estruturado de entrevistas contribuiu para direcionar o olhar para questões relativas às características da iniciativa, relações comunitárias, dimensões do desenvolvimento solidário, questões interseccionais (gênero, raça/etnia, juventude) e sonhos, desafios e projeções para o futuro.

Foi possível conhecer 23 experiências que atuam com ações de economia solidária, agroecologia e educação transformadora². Dentre elas, quatro organizações apresentaram de forma mais sistematizada o desenvolvimento de ações desses três campos e com uma lógica de atuação territorial: Instituto Nova União da Arte, localizado em São Paulo; a Justa Trama, de Porto Alegre; a Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá; e a Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, em Salvador. Essas foram selecionadas como organizações privilegiadas para investigação sobre o desenvolvimento solidário nas etapas seguintes da pesquisa.

Após as visitas, organizamos um ciclo de debates virtuais sobre alguns “achados” da pesquisa tendo essas quatro organizações como interlocutoras, momento em que pudemos tecer, junto às pessoas que lideram as iniciativas, reflexões coletivas sobre o desenvolvimento solidário, e que também teve como objetivo fortalecer as redes e conexões entre as organizações³.

Como etapa final da pesquisa, uma oficina de imersão presencial aconteceu em São Paulo, nos dias 30 e 31 de julho/24. Nesta ocasião, uma versão preliminar deste relatório foi compartilhada com as organizações interlocutoras e com especialistas, indicados para contribuir de maneira crítica com as análises. Fizemos, no dia 30/07, um debate sobre o texto, que contou com a presença de cerca de 50 pessoas, representantes da Fundação Tide Setubal e de 6 organizações visitadas: Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, de Salvador; da Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá; Instituto Nova União da Arte, Galpão ZL, UNAS e Agência Solano Trindade, de São Paulo. No dia 31/7, realizamos uma visita guiada no território de União de Vila Nova e nos projetos desenvolvidos pelo Instituto Nova União da Arte, além de uma oficina para debate sobre as estratégias futuras e proposição de políticas públicas.

Acreditamos que essas orientações epistemológicas e metodológicas da pesquisa-ação são adequadas a um esforço de pesquisa em periferias, que tem historicamente seus pontos de vista apagados em nome de um saber científico construído sob uma lógica hierárquica, similar àquela que cria con-

²O conjunto de todas as experiências visitadas pode ser visto no Anexo I deste relatório.

³O ciclo de debates aconteceu de maneira virtual, em maio de 2024, em 4 encontros que foram gravados e estão disponíveis no canal do youtube do Instituto Paul Singer.

concepções e ações de promoção do desenvolvimento que não reconhecem a agência dos sujeitos locais e os conhecimentos que têm sobre o próprio território. A intenção, com a organização desses diversos espaços de diálogo coletivo, foi criar oportunidades de construção compartilhada do conhecimento, onde os/as interlocutores/as da pesquisa participassem ativamente da análise dos dados observados em campo. Também contribuíram com o objetivo de fortalecer as redes entre organizações e os arranjos de desenvolvimento solidário, que, como veremos nas páginas seguintes, são importante ponto de garantia das condições políticas e materiais para realização das atividades das organizações que atuam promovendo o desenvolvimento solidário de seus territórios.

Lista de organizações visitadas

São Paulo (SP)

Instituto Nova União da Arte (NUA)
Agência Popular Solano Trindade
UNAS
Galpão ZL

Brasília (DF)

Centro de Estudos e Assessoria (CEA)
Associação de Agricultura Ecológica (AGE)
Centcoop
Fórum de economia solidária do DF e entorno
Instituto Horta Girassol
Centro de acolhimento de imigrantes da Cáritas Brasileira

Manaus (AM)

Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)
Associação dos Grupos Alternativos de Geração de Renda (ASSGAGER)
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Maricá (RJ)

Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro
Fórum Municipal de Economia Solidária de Maricá
Banco Mumbuca
Companhia de Desenvolvimento de Maricá
Projeto Horta em Casa

Salvador(BA)

Projeto Escola Verde com Afeto (Parceria do grupo Canteiros Coletivos com a E.E. Marileine da Silva)
Voluntárias Sociais da Bahia
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)
Centro Público de Economia Solidária de Salvador (CESOL)
Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia

Porto Alegre (RS)

Univens
Justa Trama
Escola Nova Geração
Horta Comunitária do Morro da Cruz

PARTE 1

**Um raio-x das organizações que promovem
o desenvolvimento territorial solidário nas
periferias urbanas**



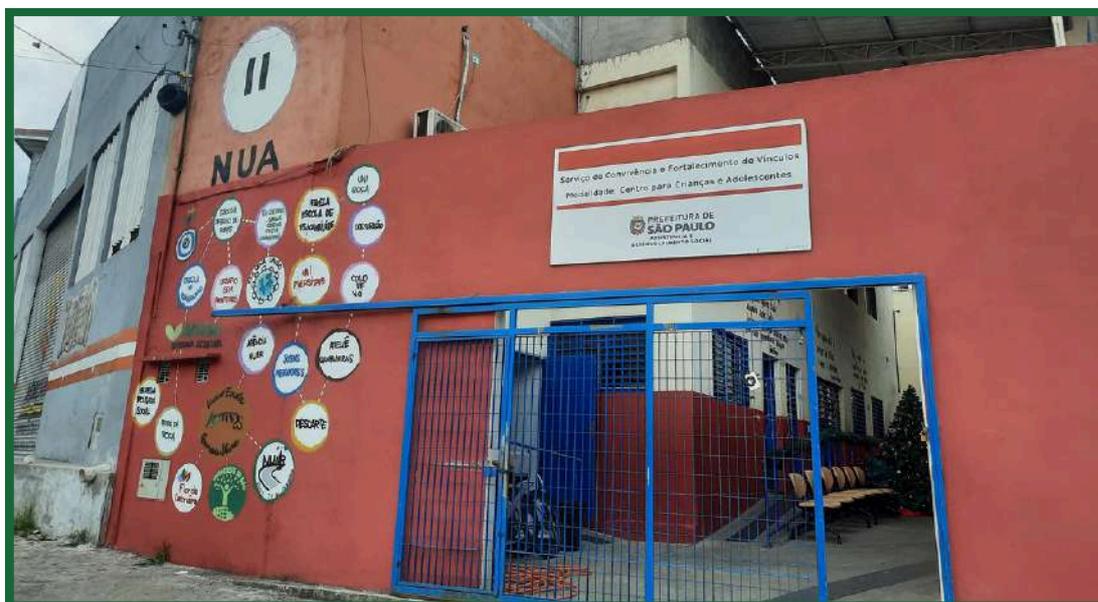
Morro da Cruz, Porto Alegre/RS

Esta primeira parte tem por objetivo apresentar as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário nas periferias urbanas em São Paulo/SP, Salvador/BA, Maricá/RJ e Porto Alegre/RS. Dentre as diversas experiências e iniciativas visitadas, esses quatro casos chamam atenção pela sinergia que estabelecem entre economia solidária, agroecologia e educação transformadora. Outro ponto em comum é a organização no modelo da autogestão. Após a apresentação dos casos, propomos uma categorização dessas organizações a partir de sua história e forma de atuação e tecemos reflexões sobre quem são as pessoas que estão à frente dessas organizações, principalmente mulheres, e quais são as fontes de financiamento que garantem a viabilidade material das ações desenvolvidas.

Quatro casos de Desenvolvimento Solidário no Brasil

Instituto Nova União da Arte - São Paulo/SP

Fundado no início dos anos 2000, o Instituto Nova União da Arte (NUA) atua no bairro União de Vila Nova, na zona leste da capital paulista. Esta iniciativa tem início em uma oficina de marcenaria para jovens morando em um lixão irregular a céu aberto e se transforma-se, ao longo de 20 anos, em uma entidade que promove um complexo ecossistema de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico, ambiental, político e educacional do território.



Sede do Instituto Nova União da Arte, em União de Vila Nova, São Paulo/SP

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO

O bairro União de Vila Nova faz parte de uma região conhecida como Jardim Pantanal, um conjunto de bairros entre os municípios de São Paulo e Guarulhos. O nome deve-se ao fato de que essa porção da cidade se construiu na várzea do rio Tietê, uma área marcada pelo risco de alagamento, por estar abaixo do nível da várzea do rio. Nas décadas de 1970 e 1980, com o crescimento da cidade de São Paulo, a ocupação deste território se acentua, em sua grande maioria famílias com história de migração vindas do Nordeste brasileiro para tentar ganhar a vida na grande cidade de São Paulo. Além das enchentes recorrentes, que são realidade até hoje, outro problema da região era o descarte irregular de lixo.

No início dos anos 2000, quando foi criado o NUA, o Jardim Pantanal era um lixão irregular a céu aberto, marcado pela falta de condições adequadas de moradia, pela fome e pela violência. Um território que não tinha uma jurisdição exatamente demarcada - ora era considerado região administrativa do município de São Paulo, ora de Guarulhos, nenhuma assumia a responsabilidade por garantir aos moradores melhores condições de vida. A mobilização dos moradores/as foi acontecendo a despeito da dificuldade de diálogo com o poder público local. Hoje, União de Vila Nova é um bairro da capital paulista onde residem cerca de 45 mil pessoas, bairro vizinho do Jardim Lapenna, onde residem cerca de 15 mil pessoas. Separados pela Avenida Jacu-Pêssego, os dois bairros têm a mesma história de ocupação e, aos poucos, se aproximam, expandindo as fronteiras do território e achando pontos de identidade comuns, tendo como catalisador deste processo a atuação em parceria do Instituto NUA com o Galpão ZL, entidade cuja sede fica do Jardim Lapenna.

Ao longo do tempo, as ações do Instituto NUA foram se multiplicando e hoje formam um complexo ecossistema que articula nos bairros de União de Vila Nova e Jardim Lapenna uma “pedagogia desenrolada” (com a Unidiversidade da Quebrada e seus Circuitos de Ensinaças, com a Escola Debaixo da Ponte⁴, organização com projeto pedagógico inovador, que atua direta e cotidianamente com as crianças e também desenvolve atividades nas escolas públicas do território), o fomento às finanças solidárias e ao empreendedorismo periférico (com a Escola de Desnegócio e o Instituto Cacimba, que criou uma moeda social e fundos solidários), a incubação de iniciativas autogestionárias (projeto Flor de Cabruêra que atua no segmento têxtil usando matéria prima reciclada, agência NUAR,

⁴ O relato “Hermes e seus amigos convidam a sociedade a olhar para as crianças e a transformar as cidades em espaços educativos”, de autoria de Denis Plapler, pode ser acessado no portal Movimento de Inovação da Educação, no link: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/biblioteca/hermes-e-seus-amigos-convidam-a-sociedade-a-olhar-para-as-criancas-e-a-transformar-as-cidades-em-espacos-educativos/>



Hermes e Passarinho, fundadores do NUA (esq. superior), jovem trabalhando pela Agência NUAR (dir. superior) e atividade comunitária na Escola Debaixo da Ponte (inferior)

projeto de geração de renda com mulheres idosas Colo de Vó) e agroecologia urbana (com a implantação de Sistemas Agroflorestais e feiras agroecológicas na favela, um viveiro-escola e o grupo de mulheres do GAU e a concepção do Cacimbrotá, uma tecnologia social de piscicultura aliada a hidroponia adaptada para pequenos espaços).

Houve, na primeira década dos anos 2000, um Fórum de Desenvolvimento Local de União de Vila Nova, do qual o NUA participou ativamente, onde eram debatidas questões relativas ao projeto de urbanização do bairro. O espaço, no entanto, foi aos poucos esvaziado de sentido e cooptado para atividades político-partidárias, o que fez com que perdesse legitimidade com a comunidade. Relembrando a potência dessa iniciativa, o Instituto NUA atualmente se organiza para recriar um espaço de diálogo com outras instituições, oferecendo atividades culturais, educacionais e de promoção ao desenvolvimento no bairro: um Conselho Comunitário. A ideia é que esse Conselho possa favorecer o diálogo entre equipamentos públicos e

entidades que atuam no território, como o NUA, o Galpão ZL, o Instituto Marista e outros projetos de cunho social e assistencial. O objetivo da criação desse Conselho é coordenar as ações das diferentes entidades e organizações que incidem no território, trilhando caminhos coletivos de desenvolvimento local que tenham como vozes protagonistas os próprios moradores/as do bairro e que possam atingir cada vez mais famílias.



Escola Debaixo da Ponte, criada pelo Instituto NUA revitalizando área embaixo de viaduto com atividades de esporte, cultura e lazer, em São Paulo/SP

O Instituto NUA alia estratégias de fomento ao trabalho cooperativo e solidário para geração de renda; de fomento à agroecologia, implementando agroflorestas nos terrenos que um dia foram ocupados pelo lixo e democratizando o acesso a alimentos limpos e produzidos de maneira responsável; e de uma educação desenrolada, que promove o exercício cotidiano da autogestão e assume como riqueza os saberes, conhecimentos e histórias locais. Unindo economia solidária, agroecologia e educação transformadora, o Instituto NUA tem como fio condutor de suas ações a valorização da diversidade. A diversidade de saberes proporciona espaços de ensino-aprendizagem horizontais. A diversidade de espécies transforma a ecologia do bairro. A diversidade de talentos move o espírito empreendedor, periférico e cooperativo. A aposta na diversidade como grande riqueza local transforma a vida das pessoas e muda a paisagem da “quebrada”. Jogando com os significados da palavra “quebrada”, buscam a reconstrução dos laços na periferia de uma sociedade fraturada.

Justa Trama - Porto Alegre/RS

A Justa Trama é uma das principais referências do campo da economia solidária brasileira, articulando todos os elos da indústria têxtil desde a produção agroecológica do algodão (nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte), passando pela fiação e tecelagem (feita em Minas Gerais), pela produção de botões e colares de sementes e bonecas feitas dos retalhos (Rondônia) e pela confecção, modelagem, corte e costura, produção de bichos e jogos pedagógicos com as sobras e retalhos (realizados no Rio Grande do Sul). Em Porto Alegre, além da sede administrativa da Justa Trama, situa-se a Univens, Cooperativa de Costureira Unidas Venceremos, formada por 24 costureiras, que é a semente de tudo.



Sede da Cooperativa Unidas Venceremos, no bairro do Sarandi em Porto Alegre

Fundada em 2005, fazem parte da Cooperativa Central Justa Trama atualmente com cerca de 600 cooperados/as das cinco regiões do Brasil, que trabalham na lógica da agroecologia e da economia solidária, mostrando como é possível organizar de forma justa a indústria têxtil, hoje responsável por cerca de ¼ do uso de agrotóxicos no mundo.

Para além do trabalho de geração de renda por meio de uma organização cooperativa de mulheres, e da preocupação com a integridade do sistema têxtil implementando estratégias agroecológicas que indicam uma relação de cuidado com a natureza, há também uma dimensão social do trabalho desenvolvido na Justa Trama. Periodicamente, são oferecidos cursos e atividades para moradores/as do entorno da cooperativa, pautando temas como a reutilização do óleo para a produção de sabão, técnicas de costura, crochê e tricô, bordado a mão, e também cursos profissionalizantes como de cuidador de idosos. Há também uma escola que funciona em formato de cooperativa, a Escola Popular de Educação Infantil Nova Geração, criada pelas mulheres da Univens para garantir o cuidado de seus filhos; e Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, fundado em 2016 para integrar o ecossistema de iniciativas que atuam no Sarandi, responsável pela circulação da moeda social Justo (Nespolo, 2014, 2020; Santos e Rossetto, 2017).



Escola Popular de Educação Infantil Nova Geração, em Porto Alegre

Essa experiência coordena ações no bairro, com base na economia solidária e na agroecologia, e ao mesmo tempo articula campo e cidade em uma cadeia de escala nacional. A visita realizada em março de 2024 permitiu conhecer algumas das mulheres responsáveis pelos projetos desenvolvidos em Sarandi.

Algumas semanas depois, entre o final do mês de abril e início de maio, a cidade de Porto Alegre passou por um intenso processo de enchentes e alagamentos. O bairro do Sarandi foi severamente afetado, sendo evacuado com riscos de alagamentos, muitos de seus moradores/as tiveram as casas submersas na água. Deste período, as sedes da Justa Trama e da Univens transformaram-se em pontos de articulação comunitária, arrecadando e distribuindo cestas básicas e marmitas, água potável, roupas, itens de limpeza e higiene, além do acolhimento das famílias do bairro e do protagonismo no diálogo com o poder público. Esta reorientação do trabalho aos cuidados e reconstrução da comunidade mostra o potencial da população organizada, sob os princípios da cooperação e solidariedade, para a promoção de estratégias de desenvolvimento territorial, que inevitavelmente se ajustam às mais diversas e adversas condições e situações, acolhendo a população e construindo horizontes coletivos de transformação do território.



Processos de produção têxtil na sede da Justa Trama, em Porto Alegre

Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia Salvador/BA

A associação de moradores foi criada na década de 1980 junto com o surgimento do conjunto habitacional de Santa Luzia, uma resposta do poder público para a construção de moradia em um lugar de grande vulnerabilidade socioeconômica, o bairro Uruguai. A associação foi formada por moradores e moradoras para organizar a mobilização popular e construir estratégias coletivas de melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos da população deste território. O Uruguai é um dos bairros que integra a península de Itapagipe, localizada na Cidade Baixa de Salvador. Hoje a península abriga uma população entre 150 e 180 mil habitantes majoritariamente feminina e com 90% de pessoas negras, segundo dados do Observatório do Racismo Ambiental⁵. Esse território abriga 14 bairros, dentre eles o maior é o Uruguai, com cerca de 35 mil habitantes. Na época da fundação da Associação de Moradores, era a maior favela de palafitas da América Latina.

Chama atenção na história desta Associação o protagonismo de mulheres (Santos, 2023), mulheres negras, na liderança comunitária. São conhecidas como “mulheres da laje”, lideranças comunitárias que constroem com as próprias mãos estratégias de resistência e um futuro melhor para a comunidade. O que começou como uma luta por moradia, logo ganhou potência e força na mobilização de moradores e moradoras. Além da moradia, outra demanda trazida pelas mulheres era de cuidado com seus filhos e filhas, nas áreas de educação e saúde. Assim, em 1990, elas criam a Escola Comunitária Luiza Mahin, que junto com a Creche Comunitária Ruby, transformam os paradigmas da educação (Lovato e Franzim, 2017).



Refeitório da Escola Comunitária Luiza Mahin, em Salvador, com exposição fotográfica das Mulheres da Laje

A proposta político-pedagógica da escola incentiva o protagonismo das crianças, promovendo relações de solidariedade e cooperação e também estimulando que as crianças se envolvam nas decisões do dia a dia da escola. Todo ano um tema orienta todas as atividades desenvolvidas junto às crianças. O tema de 2024 é “Racismo ambiental na Península Itapagipana: observe, reflita e reaja”. A reflexão sobre o racismo ambiental acompanha as movimentações de outras organizações populares e movimentos sociais atuantes na península de Itapagipe, e incentiva desde cedo as crianças moradoras do território a refletir de forma crítica sobre as oportunidades, qualidade de vida e demandas do território.

Além da Escola Comunitária, outro projeto da associação de moradores do conjunto de Santa Luzia é um Banco Comunitário fundado na década de 2000 a partir da parceria com a organização Visão Mundial. O banco comunitário foi criado com o objetivo de oferecer aos empreendedores populares alternativas de acesso à crédito que não fossem ligadas à agiotagem e ao tráfico de drogas, desenvolvendo atividades voltadas para as pessoas que não têm acesso ao sistema bancário convencional e assim fortalecendo os negócios locais. É responsável pela circulação da moeda social Umoja. Hoje, integra a Rede Baiana e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Há também sob coordenação da Associação a gestão do Espaço Cultural Alagados, do governo do estado da Bahia, uma biblioteca comunitária e o projeto Reprotai - Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe voltado para jovens.



Sala de aula e atividades culturais na Escola Comunitária Luiza Mahin

O debate sobre o território feito na Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia se articula com a Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe), uma organização fundada em 1998 por diversas entidades e empreendimentos que constrói de forma coletiva e comunitária planos de desenvolvimento para o

território. Nessa rede são debatidas questões fundamentais ao desenvolvimento do bairro e se destacam duas ações. A primeira é a criação do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, em 2008. Em esforço colaborativo com as mais de 20 entidades, foi realizado um diagnóstico do território e elaborado um plano de desenvolvimento indicando ações estratégicas nos eixos da Valorização do Fator Humano, Infra-estrutura e Serviços, Diversidade Econômica e Produtiva e Organização e Gestão do Espaço Urbano. A segunda é o Observatório de Racismo Ambiental criado em 2021 com objetivo de analisar as condições de vida urbana e as desigualdades que cercam a população negra de Salvador⁵. A proposta do Observatório é realizar mapeamentos e divulgação de dados de forma a acompanhar o desenvolvimento do território e monitorar os impactos que o racismo ambiental tiveram e ainda produzem nas comunidades da península de Itapagipe.

Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro Maricá/RJ

A Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro é uma das quatro incubadoras que compõem o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), uma autarquia vinculada à prefeitura. Tem sua origem em um projeto criado em 2018 concebido pelo então prefeito do PT e executado por meio de uma parceria entre a Secretaria municipal de economia solidária e a Secretaria municipal de educação. Maricá é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro formado por 4 distritos, grande em extensão, onde habitam cerca de 200 mil habitantes.

O Mumbuca Futuro atua nas escolas públicas de Maricá, levando atividades de educação popular em economia solidária na extensão da jornada escolar. Em 2024, está presente em 14 escolas do município, atingindo cerca de 2.500 estudantes, dos 30 mil matriculados na rede pública de ensino de Maricá. O projeto prevê a realização de atividades com jovens do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, que recebem uma bolsa mensal de 50 mumbucas, a moeda social que circula no município vinculada ao Banco Comunitário Mumbuca, fundado em 2013 também por iniciativa da prefeitura. Em cada ano letivo finalizado, também recebem 1.200 mumbucas que ficam retidas em uma poupança, que poderá ser sacada ao final do 3º ano do ensino médio mediante ingresso no ensino superior ou a elaboração de um plano de negócios para a criação de um EES - Empreendimento Econômico Solidário. Além disso, há o critério de que o/a

⁵Para saber mais, acesse: <https://cama.org.br/observatorio-analisa-racismo-ambiental-nos-14-bairros-da-peninsula-itapagipe-em-salvador/>

estudante tenha ao menos 75% de presença nas atividades escolares, o que na prática se transforma também numa ferramenta preventiva da evasão escolar, resultado apontado pelas escolas participantes do projeto em 2023.

Além do trabalho diretamente com os/as estudantes das escolas, outra frente de atuação da Incubadora Mumbuca Futuro acontece nos territórios, como forma de sensibilizar a população para a importância da economia solidária, com objetivo de aproximar as famílias e comunidades do projeto desenvolvido com os/as jovens. Como parte das atividades futuras da Incubadora, além da expansão gradual das ações nas escolas com objetivo de atingir todos os jovens da rede pública de ensino, há também a previsão de criação de uma Casa do Empreendedor Solidário, que possa acolher empreendimentos econômicos solidários, cooperativas e associações criadas pelos educandos/as atendidos pelo projeto. Também está em curso a elaboração de um projeto de ações de economia solidária com mulheres em situação de violência, integrando a rede de enfrentamento e prevenção à violência de gênero, em parceria com Secretaria da Mulher de Maricá.



Estudante usando o cartão Mumbuca (esq. superior) e em atividades nas escolas

Um ponto importante para compreender a Incubadora Mumbuca Futuro é que ela está inserida em um “ecossistema” de ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, da economia solidária e da agroecologia coordenado pela prefeitura de Maricá e financiado pelos royalties de extra-

ção do petróleo na região. Sua ação, neste sentido, é complementada pelas atividades coordenadas pelo Banco Mumbuca, a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), outras ações do ICTIM e programas vinculados às diversas secretarias municipais. Essa dimensão em especial ajuda a mostrar a importância das ações coordenadas na criação de arranjos de desenvolvimento, bem como a importância de uma ação sócio-assistencial que garanta à população das comunidades o mínimo necessário de sobrevivência e o acesso aos serviços públicos de qualidade.

Em comum, essas iniciativas têm o fato de desenvolverem, desde diferentes pontos de vista e com diferentes metodologias de atuação, ações voltadas para a transformação dos territórios e da vida das pessoas que neles moram, com objetivo de preservar e regenerar a natureza, construir modelos e circuitos econômicos locais centrados na cooperação e na solidariedade, valorizando os saberes e cultura locais, promovendo também as bases para a construção de uma educação voltada para o desenvolvimento integral e a emancipação da população periférica.

Nas organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário, uma dimensão importante é autogestão. Isso quer dizer que há, entre as equipes e quando possível junto à comunidade de atuação, a intenção de criar espaços coletivos de participação e decisão sobre as estratégias de atuação comunitária e de transformação do território. A autogestão é um elemento fundamental do processo de desenvolvimento endógeno, que respeita e valoriza a diversidade de saberes e opiniões e se constrói com base nas trocas de conhecimentos e experiências e no intercâmbio de práticas e informações. Dentre as práticas de autogestão, destacamos as estratégias de auto sustentação financeira (ver tópico seguinte). Também identificamos a realização de “mutirões” ou “ações diretas”, aquelas nas quais as equipes e demais moradores/as se envolvem direta e coletivamente na construção das condições materiais necessárias para implementar os projetos de desenvolvimento de seus territórios, seja na construção de prédios ou revitalização de praças, seja na realização de campanhas de financiamento e captação de dinheiro com ações internas ao território (“vaquinhas”, rifas, campanhas de doação). Outras práticas de autogestão mapeadas junto às organizações foram a organização de comissões e grupos de trabalho, a realização de assembleias periódicas, a criação de conselhos gestores, a gestão compartilhada dos espaços físicos, lojas, feiras e pontos de comercialização. Destacamos também os processos permanentes de formação das equipes articuladoras dessas organizações. A seguir, partindo de uma categorização dessas organizações, apresentamos

alguns elementos sobre seu funcionamento, como é o perfil de articuladores que animam suas atividades e quais são as fontes de financiamento. Esse mapeamento será o substrato para que possamos nos aprofundar nas lições sobre o desenvolvimento territorial solidário, apresentadas na segunda parte.

Tipologia das organizações

Com o esforço de fazer um mapeamento das organizações que atuam na promoção do desenvolvimento nos territórios a partir de ações de educação transformadora, economia solidária e agroecologia, mapeamos 78 iniciativas, dentre as quais os quatro casos acima descritos. A organização desse banco de experiências e as posteriores visitas permitiram sistematizar as organizações que atuam promovendo o desenvolvimento solidário em 4 tipos: organizações de moradores, organizações de assessoria técnica, redes de produtores e iniciativas do poder público.



Sede da Unas, em Heliópolis, São Paulo/SP

As **organizações de moradores/as**, como a Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia e o Instituto NUA, são organizações que nascem com a formação e transformação dos bairros de periferia urbana e que tem como principais articuladores/as as pessoas que habitam o território. Essas organizações refletem as marcas do complexo processo de industrialização, que intensificou a partir da década de 1970 a ocupação das cidades brasileiras, contexto no qual foram criadas grande parte das favelas e periferias urbanas. Muitas dessas experiências têm como base a organização popular de luta por moradia e de mobilização frente a problemas ambientais agudos, como a questão do descarte irregular de

resíduos, enchentes, alagamentos, etc. O pertencimento com o território e as relações de proximidade, vizinhança e confiança são o combustível para a criação de concepções e práticas de desenvolvimento que desafiam a lógica produtora de desigualdades e exclusões, para propor outras formas de se organizar e transformar o território tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, regenerar as relações socioambientais e valorizar os saberes e cultura local. Nesses contextos, a transformação dos territórios com a construção de moradias e de escolas, cozinhas e hortas comunitárias, em regime de mutirão, apoiados ou não pelo poder público, são importantes momentos que propulsionam a organização e mobilização comunitária.



Ponto de Leitura do Galpão ZL, no Jardim Lapenna, em São Paulo/SP

As **organizações que prestam assessoria técnica** atuam nos territórios com a promoção de ações voltadas ao fortalecimento comunitário e redução das desigualdades. Diferentemente das associações de moradores/as, normalmente são organizações criadas fora dos territórios de atuação, tendo nos territórios vulneráveis o “locus e sua população o blico beneficiário” das suas ações. Como exemplos, destacam-se a Fundação Tide Setubal que, em 2006 em São Paulo, funda o Galpão ZL como um espaço privilegiado de promoção do desenvolvimento territorial e da redução das desigualdades socioespaciais; o Centro de Acolhida de Imigrantes, da Cáritas, que, durante a pandemia de Covid-19 em Brasília organiza atividades para famílias venezuelanas indígenas; a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia, que em 1998 na comunidade de Zumbi dos Palmares, em Manaus, é criada a por Rubens Gomes, um músico e luthier que decide direcionar seu trabalho para uma comunidade marcada pela

violência e vulnerabilidade socioeconômica; a SASOP, entidade que em 2024 inicia o trabalho de implementação de hortas comunitárias agroecológicas no perímetro urbano e periurbano da Região Metropolitana de Salvador; e o Centro de Estudos e Assessoria (CEA), de Brasília/DF.

Normalmente essas organizações orientam o trabalho nos territórios a partir da promoção de ações voltadas à geração de trabalho e renda e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. É comum que aproveitem espaços onde já há algum grau de mobilização popular (associação de moradores, comunidades religiosas, comunidades de imigrantes, etc.). Essas organizações direcionam recursos humanos e financeiros para o fortalecimento da “mobilização comunitária”, dispendo da infraestrutura e promovendo a realização de cursos, compra de equipamentos, organização de espaços de comercialização, entre outros.

Um aspecto importante das organizações deste tipo visitadas é o esforço de diálogo permanente com a população dos bairros, com o objetivo de que as ações desenvolvidas “façam sentido” e sejam, aos poucos, apropriadas pela população, tentativa de se distanciar de um trabalho de cunho assistencial ou de entidades que atuam nos bairros de maneira verticalizada ou “de fora pra dentro”. Para isso, procuram incorporar moradores/as do território no quadro das equipes e organizam Grupos de Trabalho, Assembleia e Conselhos Gestores como estratégias de dialogar de forma horizontal e autogestionária com a população.

As **redes de produtores/as** têm como motor de sua articulação a dimensão da comercialização dos produtos cultivados, produzidos ou oferecidos pelos seus membros. Esse tipo de articulação, muito além da venda, orienta a construção de projetos políticos comuns, expandindo o debate para questões relativas à educação para o consumo, a relação com a comunidade onde estão inseridos e o fortalecimento da mobilização comunitária.



Sede da Cooperativa Univens, integrante da Justa Trama, em Porto Alegre

Nosso exemplo principal é a Cooperativa Central Justa Trama, mas também é o perfil da Associação de Agricultura Ecológica (AGE) do Distrito Federal. Essas organizações, que visam possibilitar e potencializar a comercialização, se consolidam com a construção de alianças e parcerias, fortalecendo assim a incidência política e proporcionando visibilidade das ações desenvolvidas no âmbito local. Normalmente essas organizações integram movimentos sociais mais amplos (fóruns e articulações da economia solidária e da agroecologia, fórum social mundial etc.), o que possibilita a articulação do debate sobre a produção e geração de renda com projetos políticos de maior fôlego, transformando as ações locais em reivindicações políticas, incorporando outras pautas (como o cuidado com as crianças e o desenvolvimento dos territórios) e a disputa pelo Estado.

Há, por fim, iniciativas, entidades e organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário que tem origem em projetos, ações e programas realizados pelo poder público, como a Incubadora Mumbuca Futuro de Maricá. Nesses casos, a presença de recursos públicos é um diferencial, pois garante a infraestrutura necessária e alocação de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de ações, contribuindo para a aproximação com a população e com a construção de ações mais perenes em relação ao tempo. Há um desafio, no entanto, de aderência e apropriação da população, que se apresenta como um esforço contínuo de “convencimento” e de criação de estratégias para que a população se



Reunião no Centro Público de Economia Solidária (CESOL) em Salvador

apropriar desses projetos. Essas iniciativas apresentam um grau de incidência política forte, seja na mobilização de gestores públicos, compondo por exemplo redes e outros espaços de articulação dos governos executivo e legislativo, seja na inspiração para construção de políticas públicas com característica replicável.

Protagonismo feminino

Nas experiências de promoção do desenvolvimento territorial solidário, chama a atenção o protagonismo das mulheres, em especial das mulheres negras. O caso emblemático é da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, de Salvador, com o protagonismo inspirador das “mulheres da laje”. Na horta comunitária do Morro da Cruz e na Justa Trama, em Porto Alegre; na Horta Girassol e na Centcoop, no Distrito Federal; na Oficina Escola de Lutheria da Amazônia e na ASSGAGER, em Manaus; no projeto Escola Verde com Afeto, em Salvador; na Incubadora Mumbuca Futuro, em Maricá, mulheres estão à frente das ações de promoção do desenvolvimento solidário. Apesar de já termos há muito tempo rompido com concepções que restringem o lugar das mulheres ao ambiente doméstico, ainda podemos perceber como estão à frente das iniciativas de cuidado das vizinhanças e comunidades. Mulheres que constroem com as próprias mãos estratégias de resistência e um futuro melhor para seus territórios e comunidades, de forma coletiva, cooperativa e solidária.

Há uma leitura das políticas sociais brasileiras (e também das políticas de promoção do desenvolvimento social, de maneira mais ampla, no nível internacional) de que elas tendem a responsabilizar as mulheres, enquanto mediadoras entre a família e o Estado, pela gestão da saúde, da alimentação, da educação, da assistência social. Em outras palavras, pela gestão do desenvolvimento das comunidades. Essas leituras apontam como isso caminha no sentido de individualizar e despolitizar as demandas das populações mais pobres, “terceirizando” a responsabilidade estatal para as mulheres, com um discurso que exalta sua agência individual como motor da transformação das suas vidas, das suas famílias e comunidades (Santos, 2016). A responsabilidade unicamente das mulheres pelo cuidado com as comunidades também pode representar mais um ponto de sobrecarga na grande soma de trabalho de cuidados aos quais as mulheres são responsáveis decorrente do sistema capitalista e patriarcal de divisão sexual do trabalho.

Há diferenças significativas que separam as políticas sociais e de promoção do desenvolvimento capitalista e patriarcal, calcadas na gestão e feminiza-

ção da pobreza, daquelas que consideramos as ações de promoção do desenvolvimento solidário. Um primeiro ponto é a dimensão coletiva do trabalho, que é assentado nas relações comunitárias de vizinhança, apoio e solidariedade, e nesse caso compartilhada entre todas as pessoas das comunidades. Outra questão é a vinculação a grupos e movimentos sociais mais amplos, onde são traçadas estratégias de ação comum que contribuem para o questionamento e atualização das concepções e práticas de promoção do desenvolvimento. Por fim, lembramos a incessante reivindicação junto ao Estado por políticas públicas que garantam os direitos sociais, oportunidades iguais e a redução estrutural das desigualdades, levando questões ao âmbito público e político.

Não é à toa que as mulheres e pessoas negras estão à frente da promoção do desenvolvimento solidário em muitas das iniciativas. Na prática, na vida cotidiana, as questões de gênero e racial se traduzem em desigualdades concretas, que movem o eixo primeiro de transformação. A concretude da desigualdade demanda ações diretas de enfrentamento e orienta a construção de um desenvolvimento voltado para a emancipação. As questões de gênero e racial conformam (ou tentam conformar) o lugar das pessoas na estrutura social, na cidade, no mundo do trabalho, privando ou impondo obstáculos para que elas possam tomar decisões sobre suas vidas e territórios. Desafiar esse lugar e ousar construir outros futuros é um processo fundamentalmente coletivo. Aprendemos com essas organizações que para falar sobre o desenvolvimento territorial solidário, sobretudo de periferias urbanas, é importante uma abordagem interseccional que leve em conta gênero, raça e classe.



Mulheres da Laje na sede da Escola Comunitária Luiza Mahin, em Salvador

Fontes de financiamento

Quando tratamos das fontes de financiamento, não estamos nos referindo apenas ao dinheiro, mas todo tipo de recurso material e humano que garante o funcionamento das organizações. Pensamos, desta forma, nos espaços físicos, equipamentos, insumos e também no trabalho dedicado à “animação” das atividades junto à comunidade. São muitas as fontes de financiamento que garantem a sustentabilidade das organizações e entidades que promovem o desenvolvimento solidário nos territórios urbanos periféricos. A presença, continuidade, interrupção e ausência de financiamento determina a abrangência, escopo e perenidade das ações desenvolvidas no território, bem como o tamanho da equipe responsável por animá-las. Mapeamos três fontes de financiamento das organizações: 1) investimento social privado (organizações da sociedade civil e empresas), nacionais ou internacionais; 2) recursos públicos (editais, emendas e universidades) e 3) estratégias de autofinanciamento.

Parte significativa dos recursos materiais e humanos aportados para as entidades que promovem o desenvolvimento territorial solidário vem do investimento social privado. Algumas das organizações atuam diretamente na “animação” de ações de promoção ao desenvolvimento territorial solidário, outras destinam recursos para outras organizações, ações e entidades que atuam mobilizando as comunidades. Essas organizações contribuem com terrenos, edifícios, salas e equipamentos para a realização das atividades; com a remuneração de pessoas para atuar junto às comunidades; com recursos destinados à compra de equipamentos, alimentos, cestas básicas, veículos, etc. e com a formação das equipes que integram as organizações locais. Há também recursos advindos de empresas que atuam nos territórios e de empresas que destinam recursos para projetos sociais na perspectiva da Responsabilidade e Sustentabilidade. Nesse caso, normalmente o apoio vem em forma de equipamentos ou cursos e atividades de fomento ao empreendedorismo. Para as organizações de moradores/as e as organizações que prestam assessoria técnica, recursos dessa natureza são fundamentais para a manutenção das atividades. Identificamos também que convênios e parcerias com o poder público são parte estruturante da existência material das organizações. Esses convênios respaldam a infraestrutura (compra de equipamentos e materiais) e também a remuneração de parte significativa das equipes. Em outros casos, cessões de uso de espaços públicos também são fruto da parceria com os poderes públicos municipal e estadual. Editais públicos de financiamento de organizações culturais, artísticas, bancos comunitários, cozinhas comunitárias, projetos de alimentação comunitária

também aparecem de forma significativa. Há ainda a ação das universidades, que aporta assistência técnica e científica às atividades desenvolvidas pelas organizações, e as emendas parlamentares, que destinam recursos para a compra de materiais, equipamentos, insumos, e para viabilizar a realização de cursos e eventos. Por fim, no caso das redes de produção, as compras públicas têm papel significativo na sustentabilidade econômica. Para as associações de moradores/as, a dimensão mais marcante são os convênios e editais que garantem recursos públicos para a existência das escolas, cozinhas e bancos comunitários⁶. Para as entidades de assessoria técnica, os convênios e a execução de programas e políticas públicas são pontos importantes de recursos.

Na construção de estratégias de soberania e autonomia financeira destacam-se a criação de sistemas de finanças solidárias (fundos solidários, fundos rotativos, bancos comunitários), que são formados com dinheiro de doações externas, angariamento interno à comunidade e/ou advindos de editais públicos. Esses sistemas têm a intenção de garantir a sustentabilidade financeira por meio da implementação coletiva e horizontal de critérios, normas e protocolos compatíveis com a realidade local, valorizando assim as dimensões sociais, ambientais, políticas e de governança. Outra dimensão importante da autonomia financeira das organizações advém da geração de renda a partir da comercialização de produtos e serviços dos próprios empreendimentos e organizações. Por fim, há um movimento de formalização das organizações com objetivo de construir caminhos para a sustentabilidade financeira, de maneira que permita a manutenção de uma proposta de articulação coletiva e comunitária sem estarem vinculadas a outras entidades ou obrigações que podem vir acompanhadas da destinação de recursos externos.

⁶Destacam-se convênios em que as organizações da sociedade civil fazem a gestão de equipamentos da educação como Centros de Educação Infantil (CEIs) e Centros da Criança e do Adolescente (CCAs), atuando com o ensino regular ou com atividades no contraturno, com autonomia para desenvolverem projetos políticos pedagógicos próprios.

PARTE 2

Lições sobre o desenvolvimento territorial solidário



Jardim de Chuva implantado na E.E. Marileine da Silva, parte do Projeto Escola Verde com Afeto, do grupo Canteiros Coletivos, em Salvador/BA

A experiência das organizações que atuam com a promoção do desenvolvimento de seus territórios a partir da economia solidária, da agroecologia e de uma educação transformadora são o substrato para pensarmos as possibilidades para o Desenvolvimento Solidário como um projeto político para o Brasil, que coloca a democracia e a participação popular no centro do processo econômico e das transformações políticas, ambientais e culturais rumo ao bem viver.

Nesta segunda parte, vamos olhar para as concepções e práticas de desenvolvimento a partir de diferentes dimensões: o território como lugar privilegiado para pensar o desenvolvimento, as estratégias de articulação comunitária, ações voltadas para o fomento à economia local, o debate socioambiental, a construção de um outro paradigma da educação e, por fim, a conformação de arranjos de desenvolvimento solidário.

O território como lugar para pensar o desenvolvimento

Enquanto unidade ativa do desenvolvimento, partimos da compreensão do território como uma realidade complexa que dispõe de recursos humanos, sociais, culturais e históricos específicos e não transferíveis (Cazella e Carrière, 2006). Para pensar o desenvolvimento, o conceito de território permite o trânsito entre as múltiplas escalas (comunidade, bairro, município, região, país, globo), as múltiplas dimensões (econômica, social, cultural, educacional, de saúde etc.) e os múltiplos atores (sociedade civil, empresas, universidade, Estado). Ao tratarmos de territórios periféricos, não podemos esquecer que o processo de construção das periferias urbanas produziu de maneira estrutural uma série de desigualdades, não apenas na dimensão material e de acesso à infraestrutura, mas também num processo de distanciamento e dissociação de saberes e identidades ancestrais (indígenas, africanas). Portanto, nosso olhar foca os territórios como disputas de poder, como as diferentes forças locais e externas conseguem configurá-los. Por isso, os territórios periféricos, ou somente periferias, podem ser definidos como fronteiras, híbridos que estão além do rural e do urbano, não são uma coisa nem outra; pois, não tem as condições básicas de urbanidade, por um lado, e, por outro, tem importantes movimentos culturais de jovens afrodescendentes que as ressignificam (Porto-Gonçalves, 2018).

Lembramos que o processo de delimitação dos territórios requer um olhar atento às afinidades e de pontos comuns de convergência para além de um

espaço geográfico pré determinado, partindo da compreensão das particularidades e afinidades sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas (Araújo et al, 2010). Entre as diferentes organizações mapeadas, não há uma única forma de delimitar o que se entende por “território”. Ele pode ser definido por características ambientais ou geográficas. Nesse caso os impactos dessa conformação geográfica ou ambiental é o que organiza os moradores, sendo um exemplo a Península de Itapagipe, na cidade baixa, território de atuação da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia e da Rede CAMMPI, em Salvador. O território pode ser definido também por questões culturais e identitárias, como os “territórios de identidade” dos Centros Públicos de Economia Solidária do estado da Bahia. Os territórios também podem ser delimitados por regiões administrativas vinculadas ao poder público. É o caso das favelas, quebradas e comunidades que representam bairros, distritos e regiões administrativas para o poder executivo local, como o bairro do Sarandi em Porto Alegre ou Heliópolis, em São Paulo.

A questão da delimitação administrativa dos territórios não é simples. Se a região administrativa não for a mesma da identificação cultural e identitária, as fronteiras burocráticas podem se traduzir como dificuldade de integração e do desenvolvimento de uma série de ações que envolvem o financiamento público e a mobilização para reivindicação de políticas públicas. Como exemplo temos o caso das ações desenvolvidas no “Distrito Federal e entorno”, que tem uma proximidade geográfica, identitária e cultural mas muitas vezes estão submetidas a duas lógicas administrativas (basta atravessar uma rua para passar da jurisdição do Governo do Distrito Federal para a do estado de Goiás, o que cria barreiras nas relações que são estabelecidas, antes, pela identidade do local e pelas relações de vizinhança). Outro exemplo é o caso do NUA, cujas ações realizadas no início dos anos 2000, no então chamado Jardim Pantanal, não eram jurisdição nem do município de São Paulo e nem de Guarulhos. Quando adotamos uma região administrativa como recorte territorial, outra dificuldade pode ser sua extensão, por exemplo no caso do município de Maricá, onde além das longas distâncias há diversidade cultural e de classe que não podem ser suprimidas na construção de ações de promoção do desenvolvimento.

Como vimos com os quatro casos apresentados na parte 1, o debate sobre os territórios também envolve a questão de escala. As ações de um bairro podem, com o tempo, irradiar para o bairro vizinho, como no caso do Instituto NUA que hoje tem seu território de atuação no conjunto dos bairros de União de Vila Nova e Jardim Lapenna, na capital paulista. As ações podem, também, atuar de forma complementar com a de outras

organizações que têm no território seu lugar de atuação, como no caso da Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá. E também podem integrar uma parcela de ações vinculadas a um território de maior escala, como o caso da Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, que atua no bairro Uruguai, em Salvador, e também integra a Rede CAMMPI, articulando uma série de ações mais amplas cujo recorte territorial é a Península de Itapagipe, um conjunto de 14 bairros. A articulação com outras entidades locais contribui para aumentar a abrangência das ações de promoção do desenvolvimento solidário e alcançar um número maior de famílias. O debate ajuda a lançar luz, também, a duas categorias que propomos aqui serem compreendidas de forma distintas - a de território, que envolve o recorte de atuação das entidades; e a de rede, que costura interna e externamente as ações, alargando o território e envolvendo outros atores como o Estado e outras comunidades. O conceito de rede será melhor abordado adiante, no tópico de Arranjos de desenvolvimento solidário.

Ações de diagnóstico do território são o substrato para a promoção de ações de desenvolvimento territorial solidário. Índices socioeconômicos como composição familiar (número de pessoas que moram na mesma residência, mães chefes de família, presença de pessoas dependentes etc.), composição étnico racial, número de famílias em insegurança alimentar e nutricional, acesso à infraestrutura (moradia, saneamento, água etc), dados sobre violência e violência contra mulheres, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH), população desempregada, renda per capita, dificuldade de acesso ao sistema financeiro convencional, entre outros, ajudam a caracterizar os territórios e justificar a incidência geográfica das ações de promoção do desenvolvimento solidário. Há, porém, certa suspeita, no seio das organizações comunitárias, em relação aos dados do censo e aos indicadores usados para diagnosticar e medir o desenvolvimento nos territórios, a partir do entendimento de que eles não retratam a realidade da vida, da riqueza e das ações de solidariedade, por serem informações produzidas por pessoas que não são do território, não retratam de maneira satisfatória a sua realidade e as demandas locais.

Por isso, a construção de índices locais para o diagnóstico do território e das ações de transformação parece ser um caminho promissor nessas organizações. Como exemplo, podemos citar a adoção do IPDH, ou Índice de Potencialidades para o Desenvolvimento Humano no lugar do IDHM. O IPDH é uma metodologia desenvolvida por Tião Rocha do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento e utilizada também pelo Instituto NUA, em São Paulo. Nesse sistema de indicadores alternativo, a proposta é construir ferramentas de avaliação do desenvolvimento de um determinado território que levem em conta a segurança alimentar, a ecologia e biodiver-

sidade, o desenvolvimento econômico solidário e circular, a gestão comunitária, a educação como um ambiente de aprendizagem, a articulação com serviços públicos e o grau de influência em políticas públicas.

Como mostram as organizações mapeadas, uma abordagem territorial do desenvolvimento “pressupõe aposta na capacidade de agentes locais de construir um projeto de desenvolvimento regional e atuar de forma organizada para que políticas públicas e empresariais convirjam para os objetivos deste projeto” (Araújo et al, 2010, p.199). Uma abordagem que valoriza os recursos, os saberes, as particularidades culturais, políticas, ambientais, sociais e econômicas de cada território, e reconhece a potência da ação dos atores e atrizes na tomada de decisão, negociação, implementação e coordenação de políticas de desenvolvimento que nele incidem.

Como diria Milton Santos, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma nova revanche” (Santos, 1994: p. 15). É um processo reativo em relação às contradições de um modelo de desenvolvimento orientado por valores capitalistas e globalizantes. Atores e atrizes dos territórios se articulam para reorganizar a economia local face ao crescimento das concorrências e dos processos de massificação cultural na escala mundial, resgatar a cultura e identidade ancestral, construir outras formas de se relacionar com as questões ambientais e climáticas, propondo outras epistemologias ao processo de conscientização e formação de sujeitos políticos, reivindicando uma série de formas contra-hegemônicas de ação política frente aos dilemas do desenvolvimento.

Estratégias de mobilização comunitária: romper as cercas e construir pontes

Como nos lembra Paul Singer, o desejo e a necessidade de melhoria dos membros da comunidade são condições fundamentais para transformar as relações de forma sistêmica, seja na dimensão da economia, da educação ou do meio ambiente. Para as organizações mapeadas nesta pesquisa, fica claro como a ideia de desenvolvimento se pauta nas projeções para o futuro. Que território desejam para as próximas gerações? Quais são os sonhos? Quais transformações são necessárias para que essa realidade se concretize? O território, com seus conflitos e riquezas, é o ponto de partida, o caminho e o ponto de chegada. À medida que o território vai crescendo e se transformando, vão ficando evidentes as necessidades, carências, urgên-

cias. Isso dá corpo para os sonhos para o futuro, para as concepções de desenvolvimento que vão sendo criadas desde o local. Concepções e práticas de desenvolvimento solidárias vão sendo, assim, construídas a partir do protagonismo da comunidade, forjadas na luta diária pela construção do bem viver.

Como também registrou Paulo Freire,

Nós temos sonhos para o futuro. A conceituação de futuro como uma possibilidade traz a ideia de que o futuro não é algo além da nossa habilidade de influenciar, alguma entidade esperando pela nossa chegada. Ao contrário, de acordo com esse perfil, de ser uma possibilidade, o futuro é, sobretudo, transformação - a transformação do hoje. (...) Quando eu falo em solidariedade (...) estou me referindo principalmente à necessária solidariedade que as pessoas que compartilham os mesmos sonhos, os sonhos políticos similares, devem ter entre elas para poder lutar contra os que estão do outro lado (Freire, 2022, pág. 91 - 107).

Para falar de desenvolvimento endógeno, ou seja, que parte de dentro da comunidade para transformar seu próprio território, precisamos portanto falar de pertencimento e identidade. A arte e a cultura, como a música, a poesia, o rap, a dança, as expressões de cultura popular, dão vida ao território e denunciam desigualdades, o genocídio da juventude negra, a valorização das identidades LGBT+, a crítica à sociedade patriarcal. Essa cultura efervescente evidencia uma ampla diversidade e contraria uma visão “hegemônica” da periferia, que para além da posição geográfica, ganha conteúdo político, passando a ser uma afirmação de uma identidade forjada por sua condição histórico-social (Almeida e Nascimento de Jesus, 2021). A cultura é ferramenta de resgate da história e ancestralidade afro-brasileira, indígena, tradicional, que envolve questões estéticas, religiosas, alimentares e também políticas. A arte e a cultura são caminhos de mobilização e politização que contribuem para a aproximação e engajamento das pessoas, principalmente da juventude, pois elas conectam o corpo, a escuta, a fala, elas emocionam e provocam sonhos e esperança. A arte e a cultura ajudam a acessar esses sonhos para o futuro e criar pontes entre as pessoas.

Desse ponto de vista, uma “conspiração”⁷ para o desenvolvimento também pode ser compreendida como um processo de aquilombamento. De mobilização da população periférica para poder criar, desde a base, uma sociedade permeada pelo orgulho e valorização da própria história, com

⁷“Uma conspiração para o desenvolvimento”, é como Hermes de Souza descreve as ações do Instituto NUA: “a junção de cooperação com inspiração”.

respeito, cooperação e igualdade de oportunidades. Este processo é complexo e denso, um processo de escuta e fala, de ensino e aprendizagem. O mais importante é o encontro, que permite que as pessoas se reconheçam umas nas outras. Um movimento de conquistar, por meio do respeito e do afeto, corações e mentes. Um processo de encantamento, que junta cada vez mais pessoas em um projeto de sociedade diferente daquele imposto para quem vive às margens da cidade, da economia e do sistema político.



Atividade cultural com crianças na Escola Debaixo da Ponte, Instituto NUA, São Paulo

É importante registrar que o cenário conservador e de redução das políticas sociais pelo qual o Brasil passou no último período [2016 a 2022] teve certo impacto na mobilização popular. Nas periferias urbanas, os crescimentos do tráfico de drogas, das milícias, das *fake news* e forças religiosas fundamentalistas são alguns elementos centrais das disputas nos processos de politização e de mobilização popular. Em contraposição, destacam-se as articulações da sociedade civil por meio das redes solidárias no processo de politização das pessoas, na construção ideológica de um projeto político contra-hegemônico de desenvolvimento e na criação de um senso de comunidade.

A mobilização de moradores/as para debater questões do território demanda um espaço seguro onde se possa socializar e debater os dilemas e problemas locais e onde haja a possibilidade de engajamento pautado na possibilidade de participação autônoma. Essa questão da participação autônoma aparece em contraponto a uma participação tutelada. Para tanto, a aposta é na estruturação de espaços e relações orientados pela autogestão, um movimento de escuta ativa e diálogo horizontal que demanda quebrar muros e cercas e construir lugares seguros e de acolhimento.

As estratégias de articulação comunitária esbarram de maneira incontornável na missão de regenerar as relações de confiança. Essa é uma tarefa comunitária e executada dia a dia e demanda o movimento de ir até onde as pessoas estão, onde já atuam e estão articuladas, propondo o debate e oferecendo uma escuta atenta e respeitosa. Transformar um território e a vida das pessoas que nele vivem perpassa, antes de tudo, transformar a tessitura social por meio do afeto entre as pessoas e com o lugar. É uma dimensão subjetiva do engajamento político que não vem com dinheiro ou ações do poder público, mas sim da partilha entre as pessoas da própria comunidade.



Roda de Conversa sobre Desenvolvimento Solidário com lideranças comunitárias realizada na Unidiversidade da Quebrada, do Instituto NUA, em São Paulo

Fortalecimento de práticas econômicas solidárias, locais, comunitárias, ancoradas em vínculos afetivos, identitários, culturais e de vizinhança

Os circuitos e práticas econômicas locais, comunitárias, ancoradas em vínculos afetivos, identitários, culturais e de vizinhança são parte da vida e da dinâmica das periferias urbanas. São práticas alternativas que respondem às demandas da realidade local, como a agiotagem e a marginalidade ou exclusão do sistema financeiro convencional, construindo caminhos que são econômicos assim como políticos.

Ações e práticas orientadas para fomentar a economia local e que também respondem à sustentabilidade das organizações que promovem o desenvolvimento solidário identificadas foram:

- a criação de **moedas sociais** como estratégia para incentivar o comércio local e vincular a circulação de riquezas ao território;
- a organização de **fundos solidários** e o oferecimento de **linhas de crédito** com base no aval solidário, que permitem moradores/as acessarem dinheiro em moeda corrente ou moeda social e também representam a possibilidade de acesso a um capital inicial ou de giro para pequenos negócios ou a promoção de atividades culturais;
- a implantação de **pontos fixos de comercialização** de produtos locais, solidários e agroecológicos, de maneira a contribuir com o escoamento de produtos para quem produz e democratizar o acesso para quem compra, contribuindo também na promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades;
- a construção de **logística para escoamento dos produtos** por entrega/delivery, dimensão que se fortaleceu com a pandemia de Covid-19 e permaneceu, incorporando novas dinâmicas digitais e tecnológicas;
- a organização de **feiras** para comercialização de produtos locais, solidários e agroecológicos. As feiras podem ter caráter periódico em local fixo ou itinerante, e normalmente são organizadas a partir de práticas autogestionárias entre as pessoas e entidades que comercializam os produtos, sendo não apenas um momento de comercialização mas também de formação das pessoas envolvidas, diálogo com consumidores/as e promoção de atividades culturais;
- organização de atividades de **turismo comunitário**, que articulam a geração de renda com a valorização e a criação de uma outra narrativa sobre o território;
- produção de bens e serviços em formato de **cooperativa** e a articulação delas em **cadeias produtivas**;
- implementação **espaços de trabalho compartilhado** que oferecem à população salas com computadores, espaços de reunião, cozinhas para uso coletivo, espaço para costura com máquinas e mesa de corte, que representam, além do acesso à infraestrutura, a possibilidade de encontro e criação de articulações, parcerias, elos entre trabalhadores/as locais;

- a organização de redes e entidades de **representação comercial e jurídica coletiva**, que traz respaldo aos pequenos empreendedores/as, produtores/as e comerciantes locais;
- ações de **qualificação profissional** e formação para o trabalho, abordando temas como empreendedorismo, gestão de negócios, inserção no mercado de trabalho, empregabilidade e também a formação em economia solidária;
- a **distribuição de cestas básicas**, kits de higiene e limpeza, o compartilhamento dos bens materiais mínimos necessários à sobrevivência da população, aspecto que foi marcante durante a pandemia de Covid-19, que representou a sobrevivência de muitas famílias da periferia que perderam a fonte de renda e entraram em situação de insegurança alimentar, e que pôde ser observada também de forma significativa no período em que o Rio Grande do Sul sofreu grandes destruições por conta das chuvas, alagamentos e enchentes em 2024.

Com a articulação das redes comunitárias e a participação nos movimentos sociais, nos fóruns e redes estaduais, nacionais ou temáticas que discutem o mundo do trabalho e a construção de alternativas econômicas, como o Fórum Social Mundial, as Redes de Bancos Comunitários e os fóruns municipais de economia solidária, tais práticas vão sendo identificadas como parte de um movimento maior da classe trabalhadora brasileira, a **Economia Solidária**. Nesses espaços, ganha força a ideia de que o potencial da economia solidária está na solidez de práticas econômicas ancoradas em valores contra hegemônicos, não assentados no lucro e sim em uma preocupação territorial, ambiental, social, política e cultural. Entendemos, assim, a economia solidária como um conjunto de práticas que se desenvolve a partir da identidade e particularidade de cada território, que formam um complexo de ações de geração de trabalho e renda orientadas pelo fazer coletivo e que faz parte do processo de construção da autonomia, que é fundamentalmente coletiva, econômica e também política, das populações periféricas.

Nas experiências mapeadas, esse conjunto de práticas econômico-solidárias aparecem como resposta possível à reorganização do mundo do trabalho e a elas soma-se a importância de uma educação intencionada para a conscientização e politização da classe trabalhadora. Em muitos casos, a necessidade de renda, de acesso à terra/território ou a alimentos, são a porta de entrada para que as pessoas tenham contato com o projeto político de desenvolvimento solidário. A porta de entrada são questões econômicas, e o trabalho de base de adesão a um projeto político mais

amplo é um processo de formação permanente, tanto para a transição agroecológica, quanto para a construção de um sistema econômico solidário. As contradições inerentes à sociedade, também constitutivas dos territórios e dos sujeitos que lá estão, são o ponto de partida para esse processo de “conscientização”.

Os **Centros Públicos de Economia Solidária**, equipamentos do poder público, como os do município de Maricá ou do estado da Bahia, destacam-se como espaços privilegiados para potencializar as atividades dos empreendimentos e iniciativas solidárias locais, oferecendo apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, coordenando atividades de suporte técnico à geração de renda e à gestão dos empreendimentos econômicos, com objetivo de consolidar as iniciativas econômicas existentes, formar novas pessoas e favorecer a sinergia entre a sociedade civil e a atuação do poder público.

As iniciativas econômicas solidárias construídas desde os territórios e com o engajamento comunitário possibilitam incorporar às práticas e circuitos econômicos locais a preocupação socioambiental como uma das questões que se prioriza ao invés do lucro. Assim, o debate ambiental pode ser abordado “desde as pequenas coisas”, como a adequação da embalagem dos produtos (menos uso de matéria plástica), a proposição de uma reflexão sobre o consumo responsável ou a gestão de resíduos. Além disso, espaços de articulação coletiva para a produção solidária, agroecológica e consciente também contribuem para movimentar espaços de consumo responsável, ao provocarem não apenas um debate sobre a revisão das relações de exploração de trabalho e de uso dos bens naturais, como também a lógica de consumo.

As organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário nas periferias urbanas articulam projetos que incorporam essa diversidade, por exemplo atuando com diferentes tipos de público (crianças e adolescentes, cursos profissionalizantes para jovens ingressando no mercado de trabalho, projetos com idosos, com mulheres, com empreendedores locais). Quando pensamos em quem é o sujeito da economia solidária nesses territórios, nos deparamos com a necessidade de visibilizar e valorizar as diferenças e a diversidade, pois elas são constitutivas de práticas econômicas coletivas, locais e contra-hegemônicas. Para isso, é preciso olhar para essas práticas a partir de uma visão **substantiva** (Polanyi, 2000; Laville, 2009; Gaiger, 2021) - que reconheça que a economia é mais do que a circulação de dinheiro, como também as práticas de distribuição, reciprocidade e autoconsumo - e **interseccional** (Crenshaw, 2006; Akotirene, 2019; Gonzalez, 2020) - que dê conta de incorporar as dimensões de gênero, raça e etnia, sexualidade e geração.

Em especial, destacamos projetos voltados para as mulheres, que contribuem não apenas com a conquista da autonomia financeira como com o aprofundamento do debate sobre a dificuldade e desigualdades da participação das mulheres (em especial, mulheres negras) no mercado de trabalho e da sobrecarga advinda da divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007)⁸. Outra questão que aparece como um recorte interseccional é o trabalho com a juventude. Um olhar cuidadoso para a juventude aponta a importância da arte e da cultura, a criação de redes de jovens no bairro se transforma num lugar seguro para pensar a atuação e a geração de renda fora do tráfico.

O debate sobre o **empreendedorismo** aparece de forma significativa na vida dos territórios. Tanto por parte do poder público, das normas ligadas à educação, das empresas empregadoras (sobretudo plataformas de trabalho por aplicativo) como das próprias organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário. O debate sobre empreendedorismo parece incontornável para falar das dinâmicas econômicas atuais das periferias urbanas do Brasil e da inserção da juventude no mundo do trabalho. Outra ação que incide nesses territórios liga-se ao debate sobre sustentabilidade e responsabilidade social das empresas (ESG). Quais são os limites desse diálogo do empreendedorismo e da responsabilidade social com a economia solidária? Quais são os pontos de confronto em que as propostas se mostram incompatíveis e opostas? O que podemos aproveitar do debate sobre sustentabilidade, onde há sinergia para construir junto? Para perguntas complexas não existem respostas simples.

O que pudemos aprender com as organizações mapeadas nesta pesquisa é que as ideias e conceitos estão em constante disputa. Essas organizações não se furtam ao debate sobre empreendedorismo, porém o fazem de maneira adjetivada: empreendedorismo periférico, coletivo, feminino, regenerativo etc. Nesses casos, o debate é associado a práticas de formação/ensino para a qualificação profissional e gestão de pequenos negócios abordados a partir de uma lógica coletiva e comunitária. Orienta-se por valores como a solidariedade e a cooperação e questiona a lógica individual, contribuindo para reflexões coletivas sobre a economia e o desenvolvimento dos territórios e das comunidades.

Um exemplo importante neste sentido é a Escola de Desnegócio, fomentada pelo Instituto NUA em São Paulo, criada a partir das ações do

⁸As atividades com mulheres costumam esbarrar em situações de violência doméstica e não é incomum o relato da superação de situações de violência a partir da participação em grupos e atividades animadas pelas organizações mapeadas. As particularidades do trabalho das mulheres apontam a necessidade de creches e equipamentos de saúde, que ficam evidentes dada a dificuldade de participação de muitas mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças e familiares idosos.

Instituto Cacimba, que nasce como um fundo solidário durante a pandemia e, posteriormente, se expande para ser um ponto de apoio financeiro e formativo para pequenos negócios e empreendedores locais. A perspectiva do “desnegócio” aposta na “desaprendizagem” da competição e na regeneração dos laços de cooperação e confiança, desestabilizando uma compreensão liberal e individual do empreendedorismo. O processo de fomento ao empreendedorismo desenvolvido pelo NUA se baseia na construção de laços de apoio, confiança e aprendizagem, o que permite que cada integrante e cada grupo possa, no seu tempo, “ganhar autonomia para caminhar com as próprias pernas” e tornar-se, assim, o ponto de apoio para novos grupos, aglutinando cada vez mais pessoas. A proposta é criar uma rede de empreendedorismo regenerativo que combina a geração de renda com a criação de novas relações e a valorização dos sonhos das pessoas que vivem no território. A perspectiva da ESG, para o Instituto NUA, vem no sentido do Esperançar de uma Sociedade Global, e se distancia de uma concepção orientada pelo mercado que gera marketing positivo mas não incorpora práticas, saberes e a cultura local como combustível para o desenvolvimento dos territórios.

Nesse sentido, o que distingue o desenvolvimento territorial solidário de uma lógica de promoção do empreendedorismo ou da responsabilidade social parece ser o trabalho de resgate da ancestralidade e dos sonhos de quem vive e constroi, diariamente, os territórios de identidade. A economia solidária, assim como a agroecologia - como veremos no tópico a seguir -, têm suas filosofias ancoradas nas cosmovisões quilombolas, indígenas, tradicionais, onde a dinâmica de cooperação e comunidade, organizadas em respeito com a natureza, funciona de maneira ancestral.

O urgente debate socioambiental: pistas para a construção de um projeto coletivo e democrático de agroecologia urbana

Na construção de outras concepções e práticas de desenvolvimento, ancoradas nos contextos territoriais e protagonizadas por sujeitos locais, o debate socioambiental é incontornável. Nas organizações mapeadas, isso aparece com diferentes nomes: sustentabilidade, questão socioambiental, preservação da floresta, manejo sustentável do meio ambiente etc. Aqui, listamos as principais direções pelas quais o debate é feito nas organizações e com as comunidades onde elas atuam.

Uma primeira dimensão, são as **lutas por reforma agrária e urbana**. Esse debate diz respeito às lutas por **terra, terreno e território**, assim como a possibilidade de produção e acesso a alimentos, do combate à fome com alimentos saudáveis. A luta pelo território aparece também no debate sobre **racismo ambiental**. Um dos casos emblemáticos nesse sentido é o da Península de Itapagipe, em Salvador, onde está situada a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia e a Rede CAMMPI. Este território abriga uma população de mais de 160 mil pessoas, sendo a maior parte da população feminina e com 90% de pessoas negras. Tendo uma preocupação com a dimensão do racismo institucional que submete grupos étnico-raciais a viverem em territórios excluídos socioambientalmente e das políticas públicas urbanas, sanitárias, de saneamento, de mobilidade, a Rede CAMMPI criou, em 2021, o Observatório do Racismo Ambiental, construindo mapeamentos e divulgando dados que contribuem para visibilização da luta por território urbano e para as reivindicações por melhores condições de vida para a população que ali reside.

Outra dimensão desse debate é a questão do **impacto das mudanças climáticas**, sobre os modelos predatórios de urbanização e especulação imobiliária. Nesse sentido, a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul de maio de 2024, que devastaram a cidade de Porto Alegre, mostra como ficam mais desalentados os bairros periféricos que já sofriam com falta de infraestrutura urbana, como o bairro do Sarandi onde está localizada a sede da Justa Trama. Nesse contexto, moradores e moradoras se organizam na Associação dos Atingidos pela Enchente do Sarandi, denunciando o descaso e abandono do poder público na prevenção das enchentes e no processo de limpeza e reconstrução do bairro. A Justa Trama e a Univens se mobilizam, neste período, como ponto de apoio e distribuição de itens como água potável, roupas, itens de higiene e produtos de limpeza para as famílias do bairro que tiveram suas casas destruídas pela água.

Nas organizações que se dedicam a pensar e construir o desenvolvimento territorial solidário, compreende-se que as crises climáticas não são acontecimentos isolados, mas sim processos sistêmicos, fruto de um modelo de desenvolvimento que explora a natureza e que impõe a determinadas populações os impactos desiguais dessa exploração. Colocar a dimensão ambiental no centro do debate sobre desenvolvimento implica repensar o modelo econômico, a forma de acesso a alimentos, questões de saúde pública e também o papel das mulheres, que são as protagonistas no cuidado comunitário. Um exemplo fundamental é o da Justa Trama, que articula o plantio agroecológico do algodão a uma cadeia produtiva de dimensão nacional e que se relaciona, a partir da sua sede no Sarandi em Porto Alegre, com os dilemas locais, contribuindo para o desenvolvimento do território. A criação de concepções contra-hegemônicas de desenvol-

vimento, neste sentido, é um processo coletivo e profundo de “pró-cura” da cidade, que envolve repensar as relações campo-cidade e a construção de um modelo de urbanismo que seja parte do processo de regeneração das relações, baseado na lógica da diversidade e que tenha como base de sustentação as riquezas locais (tanto ambientais como culturais) e as tecnologias sociais.

Na esteira das reflexões socioambientais, uma questão significativa é a da **gestão dos resíduos**. Aprendemos com as organizações que a questão do descarte de lixo não é só ambiental, é também um debate sobre o território e sobre as pessoas que nele moram, tangendo a questão da saúde coletiva e da geração de renda. A necessidade de revegetar espaços degradados e de transformar a paisagem urbana soma-se às iniciativas de fortalecimento da organização sócio-comunitária e de fomento ao desenvolvimento local. Na favela, os espaços degradados, vazios, ociosos, são lugares onde a violência e o tráfico de drogas se instalam. Nesses lugares, as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário buscam construir espaços educativos, de convivência, aprendizagem, sendo as hortas comunitárias o exemplo mais emblemático.



Sede da CENTCOOP, o maior complexo de reciclagem da América Latina, em Brasília/DF

Ainda no tema dos resíduos, destaca-se a aposta das organizações nas **tecnologias sociais**, como as estratégias de compostagem dos resíduos orgânicos e da reciclagem. Algumas organizações apostam na reutilização dos materiais, como as Oficinas de Marcenaria (também chamada de Ateliê Gambiarra), o projeto Colo de Vó que trabalha com cerâmicas que seriam descartadas, e o ateliê de costura Flor de Cabruêra que utiliza como matéria prima faixas e banners para a produção de bolsas e necessaires, diferentes projetos do Instituto NUA em São Paulo. Em Porto Alegre, na sede da Univens, além do uso do tingimento natural que evita a contaminação da água e do solo, há também o tratamento da água utilizada para a higienização das telas de serigrafia e o uso de energia fotovoltaica. Na Agência Solano Trindade, em São Paulo, a captação da água da chuva rega a horta de temperos e chás utilizados no restaurante Organicamente Rango.

Em Manaus, a ASSGAGER está em processo de implementação de uma fábrica de vassouras feitas de garrafas pet, e a OELA lança oficinas de marchetaria para trabalhar com retalhos das oficinas de lutheria, que tem como matéria prima a madeira amazônica certificada. Todas essas ações que podem parecer pequenas são parte de um mesmo projeto, nada pequeno, de construir outras formas de se relacionar com o território e com a natureza.

Quando falamos das populações que moram nas periferias urbanas, outro debate central é o da **segurança alimentar e nutricional** das famílias. Lembramos que durante a pandemia, a situação de insegurança alimentar aumentou exponencialmente, e em 2022 mais de 21 milhões de pessoas no país estavam em situação de insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome. Para combater a insegurança alimentar e nutricional as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário combinam uma série de ações: a doação e distribuição de cestas básicas e alimentos in natura; o oferecimento de refeições para o público beneficiário das atividades; a criação de circuitos e pontos fixos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, com objetivo de democratizar o acesso a alimentos; a implementação de hortas, cozinhas e restaurantes comunitários.



Refeição gratuita servida no Restaurante-Escola Sacomã UNAS, em Heliópolis e Restaurante Popular Organicamente Rango, no Campo Limpo, ambos em São Paulo/SP

No caso das **cozinhas e restaurantes comunitários**, duas questões merecem destaque. A primeira é a necessidade de preparar refeições para as famílias, sobretudo crianças, uma responsabilidade das mulheres que limita o tempo de participação delas nas ações de engajamento político. A outra questão é a falta de gás, que muitas vezes dificulta o preparo de alimentos que vêm nas cestas básicas como o feijão. Com essas duas demandas, as cozinhas e restaurantes comunitários viram espaços de coletivização do trabalho de cuidado e também representam ações concretas para responder às demandas de insegurança alimentar e nutricional das famílias.

As **hortas comunitárias**, para além da produção de alimentos (normalmente voltadas para o autoconsumo), são também usadas como ferramentas pedagógicas para promover o debate ambiental entre jovens, estimulando hábitos saudáveis e sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento humano e social das pessoas e do território. Observamos que o cultivo urbano de alimentos é também uma estratégia para revitalização de espaços degradados e ocupação dos espaços públicos. Nesses casos, pode ser catalisador da construção de vínculos e laços comunitários e de geração de renda a partir da comercialização do excedente.



Hortas comunitárias do Grupo de Agricultura Urbana, em São Paulo/SP (esq. sup.), do Morro da Cruz, em Porto Alegre/RS (esq. inf.) e do Morro Azul, em São Sebastião/DF (dir.)

O **cultivo de alimentos nas favelas urbanas** esbarra em questões estruturais, como a falta de saneamento básico, contaminação do solo e a falta de espaço. Tecnologias sociais como os canteiros suspensos, a captação de água de chuva ou criação de modelos de piscicultura para pequenos espaços são uma saída. Também há o distanciamento dos saberes de cultivo como parte do processo de desapropriação da história, cultura e identidade com a formação dos grandes centros urbanos. A riqueza do plantio e do trato com a terra é uma memória. A falta de contato com a natureza (sejam os roçados ou mesmo a arborização urbana) indica a necessidade urgente de um debate sobre a especulação imobiliária e os padrões de crescimento urbanos, bem como do resgate da memória ancestral e do contato com a natureza, que tem como pano de fundo questões relativas à identidade, cultura e saúde das comunidades. Destaca-

se o papel dos/as educadores/as para a promoção de uma educação socioambiental crítica: para que determinados assuntos sejam abordados nas escolas e organizações educativas comunitárias, antes é preciso que os/as educadores/as estejam sensibilizados e apropriados dos temas. Ainda no tema da educação ambiental, o debate sobre a lógica do consumo é cardinal, uma sinergia importante que articula campo-cidade, que incentiva o consumo responsável e local, que pensa as embalagens e a forma de descarte dos resíduos.

Combinando esses três elementos (uma cozinha coletiva, uma horta comunitária e um viveiro-escola agroflorestal), as mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU), um projeto vinculado ao Instituto NUA em São Paulo, mostra a complexidade das ações de cultivo e educação ambiental, transformando a paisagem do bairro, a relação com os alimentos e a vida das mulheres que integram o grupo. Esse grupo se articula na RAPPa, a Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas, o que contribui para a troca de experiências, visibilidade e incidência política em ações que envolvem demais alianças e o diálogo com o poder público.

Todo esse denso debate ambiental feito pelas organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário se aprofunda e solidifica a partir da articulação política e da participação em grupos e movimentos sociais como os grupos de Agricultura Urbana. Nesses espaços, de participação popular e democrática, trocam-se técnicas, conhecimentos, informações, dicas sobre acesso a financiamento, constroem-se reivindicações e projetos de legislação.

Ganha força a ideia de que esse imenso conjunto de concepções e práticas contra-hegemônica de desenvolvimento que se preocupa com a dimensão ambiental pode ser reunido num nome potente: **agroecologia**. Nesse entendimento, agroecologia não é apenas uma forma de cultivo sem o uso de venenos e agrotóxicos, mas antes de tudo um modo de cultivar relações humanas, sociais e ambientais saudáveis, uma forma de organizar a vida nos territórios que não se baseia na exploração e violência. É um complexo repertório de ações políticas, sociais, econômicas e ambientais que envolvem o debate sobre a busca por energia limpa e renovável, uma gestão consciente dos resíduos, o lugar das mulheres no cuidado comunitário e o combate à violência, a reorganização das dinâmicas econômicas com base na cooperação e solidariedade, saúde, alimentação, mudanças climáticas, sobre o protagonismo das pessoas nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento dos territórios onde vivem e sobre a construção popular da democracia.

Uma concepção de desenvolvimento orientada pela agroecologia tem o po-

tencial de superar a visão da “sustentabilidade” adotada por organizações multilaterais de promoção do desenvolvimento orientada pela globalização, caracterizada pela utilização de tecnologias externas aos territórios para promover seu suposto desenvolvimento, sem incorporar as demandas e conhecimentos locais. Uma visão alternativa de sustentabilidade questiona as formas como essas tecnologias globalizantes produzem efeitos desiguais nos diferentes territórios e para diferentes grupos da população. Em contrapartida, valoriza e regenera conhecimentos locais, favorecendo a criatividade para construção de tecnologias sociais que contribuam para melhorar o nível de vida de uma população definida pelos seus próprios termos, segundo acordos participativos determinados por ação social coletiva, potencializando a diversidade biológica e sociocultural de cada território (Casado, Sevilla-Guzmán e Molina, 2000).

Aprendemos, com esse conjunto de práticas que identificamos como agroecológicas, que o potencial endógeno das comunidades não é elemento estático e que recusa o que vem de fora. Pelo contrário, essas organizações mostram um denso processo de “digestão” de discursos e tecnologias externas, adaptando-os às suas próprias lógicas de funcionamento, em um movimento de assimilação que respeita a identidade local e a autodefinição das comunidades sobre o sentido que desejam imprimir à mudança na qualidade de suas vidas.

Uma educação que transforma: a construção de sujeitos e epistemologias periféricos

Quando falamos em economia solidária ou em agroecologia, um tema volta recorrentemente à discussão: a necessidade de uma formação integral e crítica, que contribua para o processo de conscientização da população e de apropriação dos debates sobre os rumos de desenvolvimento dos territórios onde vivem. Mais do que isso: a criação de outras epistemologias e metodologias da educação aparece como dimensão incontornável da construção de um projeto coletivo, democrático e solidário do desenvolvimento territorial, não apenas como um caminho para construir outras relações econômicas e ambientais, mas como um fim em si: o **desenvolvimento integral das pessoas**.

Relembramos que um produto central dos processos de desenvolvimento desenvolvidos sem a participação democrática é a homogeneização dos territórios considerados “subdesenvolvidos” (sejam periferias urbanas, seja

no contexto rural), um processo marcado pela supressão de identidades e saberes locais em nome de uma “modernização industrial” (Casado, Sevilla-Guzmán e Molina, 2000). Esta concepção, como apontou Paul Singer, resulta numa “padronização cultural avassaladora” (Singer, 2022) das classes populares, que têm seus saberes e particularidades culturais suprimidos em nome de um processo de desenvolvimento capitalista globalizado.

Como diria Paulo Freire (2008, 2022), contra a educação bancária, a transformação sistêmica demanda a construção de uma outra concepção de educação, que parta das pessoas e das demandas do território e que preza pela valorização dos saberes locais e pelo engajamento comunitário. Uma educação popular, que reconheça os saberes e os recursos de cada território, é dimensão fundamental de uma construção política que reconhece a potência endógena dos territórios e de seus moradores, orientada para a redução das desigualdades, valorização da diversidade e promoção do bem viver. Para tanto, as organizações mostram como acontece na prática o complexo processo de “desaprendizagem” de uma lógica individual e competitiva, apresentando em seu lugar o estímulo aos processos de trabalho coletivo e da responsabilidade social e ambiental.



Roda de conversa sobre Desenvolvimento Solidário no Galpão ZL, em São Paulo

Uma pedagogia orientada pelos processos de mudança social articula diferentes componentes, a partir da síntese de diversas experiências de educação popular. Tem como ponto de partida uma realidade indesejável, que precisa ser transformada para que seja mais justa, mais equilibrada. Para isso é necessário mobilizar um conjunto de crenças, reflexões e concepções filosóficas, que alimentem a capacidade de crer na possibilidade das mudanças e que dê sentido às ações. É preciso também articular o conhecimento científico e o conhecimento popular, não de maneira hierarquizada, mas sim de modo horizontal e em diálogo. Essas questões demandam um processo contínuo de seleção e escolhas pedagógicas, que contribuam para a mudança nas relações das pessoas, entre as pessoas, com a sociedade e com a natureza.

Nas diferentes organizações mapeadas, pudemos recolher uma série de pedagogias orientadas para o desenvolvimento dos territórios, como a Pedagogia Desenrolada adotada pelo Instituto NUA, o Programa de Educação para a Sustentabilidade da Fundação Amazônia Sustentável de Manaus, a metodologia “Observe, reflita e reaja” usada na Escola Comunitária Luiza Mahin em Salvador e o método “Ver, refletir, agir e celebrar” usado pela Incubadora Mumbuca Futuro de Maricá. Como inspiração, as principais referências são Paulo Freire, a Juventude Operária Católica e as Redes Autogestionárias de Educação Popular em Economia Solidária.

Com essas experiências, aprendemos que os processos de **educação transformadora** acontecem em múltiplos lugares, como escolas municipais, creches, centros da criança e do adolescente, centros de formação para o trabalho, e também fora da escola, na luta, nos movimentos sociais e sindicais, nos movimentos da classe trabalhadora, nos espaços de produção e de articulação política. São todos espaços geridos pelas comunidades. Nessas redes e espaços de mobilização, todas as pessoas são potenciais educadores e aprendizes. Uma educação transformadora orientada para a transformação da realidade se constrói a partir de um olhar sensível às potencialidades e vocações de cada território e tem como base as relações de respeito, afeto e pertencimento. Para isso é importante construir espaços onde a criatividade possa florescer e onde haja uma escuta ativa. Por meio da implementação de uma educação transformadora, essas organizações incidem diretamente no processo de formação de sujeitos políticos que não envolve apenas a politização de moradores/as, de lideranças políticas, como também de quem atua nos equipamentos de educação e junto às crianças e adolescentes do território.

Procuramos mapear quais recursos pedagógicos são utilizados como caminhos de construção de outro paradigma da educação. Entre dinâmicas, ferramentas e tecnologias implementadas para orientar as transformações das pessoas e dos territórios, observamos:

- o uso da **arte e cultura** sobretudo para diálogo com a juventude, como teatro do oprimido, cine debates, música, dança, contação de histórias, rodas de leitura, organização de saraus e festivais culturais, criação de rádios e biblioteca comunitárias, projetos como tráfico literário, ponto de leitura, bike literária;
- práticas de **escuta ativa**: pedagogia da roda, rodas de conversa, acolhida das pessoas no início de atividades, realização de momentos de pausa, oficinas de resolução de conflitos, dinâmicas lúdicas, jogos e atividades corporais, avaliação contínua das atividades e metodologia junto aos educandos, construção coletiva de combinados, conteúdos e formas de atuação;

- **ocupação de espaços públicos**, como a Caminhada pela Paz em Heliópolis/SP, a realização de saraus na praça do Campo Limpo/SP, e as Terças Culturais - Dançando contra a violência, organizadas na Península de Itapagipe, construção de canteiros coletivos, hortas e jardins de chuva em praças e escolas;
- organização de espaços de **vivência democrática**, participação e decisão coletiva, como as oficinas e cursos da Universidade da Quebrada, a Escola debaixo da ponte e Conselho de Facilitadores Mirins do Instituto NUA; as Assembleias Gerais na Escola Popular de Educação Infantil Nova Geração em Porto Alegre; as assembleias e comissões mediadoras organizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Campos Sales em Heliópolis/SP; os Sistemas Participativos de Conformidade da Produção Orgânica vinculados à AGE (Distrito Federal e entorno) e à Justa Trama; e os Observatórios do Racismo Ambiental da Rede CAMMPI em Salvador e “De olho na Quebrada” da UNAS, em São Paulo¹⁰;
- gestão, formação e diálogo de/com equipes dos **equipamentos escolares** na lógica de construir, incentivar e promover uma **educação contextualizada**, incidindo na adequação dos currículos, produção de materiais didáticos e formação de formadores;

Com essas estratégias e práticas, incentivam moradores/as, sobretudo a juventude, a ressignificar suas histórias de vida e território, mobilizando sonhos e narrativas alternativas sobre a “quebrada” onde vivem, dando atenção às práticas de participação, cooperação e solidariedade;

No debate sobre a construção de uma educação transformadora, orientada para a promoção do desenvolvimento territorial solidário, destaca-se uma crítica profunda aos modelos escolares tradicionais e a denúncia das condições precárias em que encontram-se esses equipamentos, sobretudo nos bairros periféricos.

¹⁰Os observatórios são espaços onde são construídas, de forma participativa e coletiva, análises sobre as questões do território feitas por pessoas que moram nele. Partem do pressuposto que conhecer um problema é o primeiro passo para transformá-lo e que informação é poder. No caso dos dois observatórios citados, um motivo indicado para a criação é o fato de que as informações sobre o território geralmente são produzidas por pessoas que não são de lá, e por isso não contribuem para o conhecimento da realidade e das demandas locais. Com base na autogestão, a população pode, nesses espaços, se apropriar do processo de construção de indicadores, de demandas, reivindicações. No Observatório De olho na Quebrada, um projeto formado por jovens da UNAS em Heliópolis, por exemplo, as ações são organizadas nas seguintes etapas: 1) O problema - do que se trata; 2) Cenário - contexto do problema; 3) Prática - O que precisa ser feito? O que nos diz respeito?; 4) Intervenção - Veículo, imagens e textos, peças de apoio, ações e mídias, transformando, por meio do engajamento dos jovens e com uma dinâmica de autogestão, o olhar sobre o território.

Por outro lado, foi possível observar que nos territórios em que as comunidades se apropriam do espaço escolar e onde o currículo das escolas abordam a realidade dos seus territórios dentro de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento, as crianças mudaram, as famílias mudaram e o território se transformou. A **escola**, então, passa a ser um espaço de provocação constante para aprofundar os desafios do território. Um exemplo emblemático é a EMEF Campos Salles, em São Paulo, que junto com a UNAS contribui para a transformação de Heliópolis em um “bairro-educador”. Com esse caso, aprendemos que as escolas podem ser ferramentas importantes nos territórios, para além da infraestrutura, podem se configurar como espaços coletivos de encontro, reunião, troca de informações que envolvem não apenas crianças e adolescentes, mas toda a comunidade. Uma referência física, política e pedagógica. Em Maricá, Rio de Janeiro, essa perspectiva é compartilhada, e a escola é vista como um “termômetro do território”, que dá pistas sobre os assuntos e demandas a serem trabalhados com os/as estudantes.

Para a transformação das escolas em um ponto chave na promoção do desenvolvimento territorial solidário, alguns desafios esbarram na escassez e precariedade dos espaços físicos das escolas; na dificuldade de permanência de educadores/as, provocando grande rotatividade que impede o desenvolvimento de projetos mais densos e que leva muitas vezes à interrupção das atividades de ensino; a baixa qualidade de condições de trabalho e remuneração de educadores/as; além da promoção de uma educação descontextualizada que não envolve as crianças e jovens e as famílias; além das bases curriculares que orientam o ensino a partir de perspectivas individualizantes e “despolitizantes” como é o caso das novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio¹¹.

¹¹ Em 2018, foi homologado o documento da Base Nacional Comum Curricular que inclui formulações para a etapa do Ensino Médio. A BNCC é uma referência para os currículos dos sistemas e redes de ensino público e privado da Educação Básica de todo o país. Com a redação da etapa sobre o Ensino Médio, foram incluídas na BNCC diretrizes que apontam a formação para o empreendedorismo, com destaque para o empreendedorismo individual, como no seguinte trecho: “A escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de maneira a (...) proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade”. (BNCC, p. 466).

Arranjos de desenvolvimento solidário: a importância da articulação em rede

Pensar caminhos para a promoção do desenvolvimento territorial solidário não é um processo apenas endógeno, também demanda a construção de alianças políticas externas, de parcerias, e mobilização de diferentes fontes de financiamento. A articulação em redes e o contato com outros atores, lideranças comunitárias, movimentos sociais e entidades inspiram e complexificam as concepções de desenvolvimento, à medida que localizam as demandas dos territórios em compreensões estruturais do sistema capitalista e que constróem saídas coletivas articulando o local e o global. A formação dessas redes visibiliza o caráter processual da elaboração e disseminação desse projeto político do desenvolvimento solidário, que envolve a conscientização e politização das desigualdades e a construção de caminhos inovadores para superá-las.

Foi possível mapear diferentes tipos de articulações:

- As **articulações internas às organizações** são aquelas que englobam projetos e iniciativas diversas no seio de uma mesma entidade, que caminham com certa autonomia mas compõem o conjunto de ações, “complexos colaborativos” ou “ecossistemas de ações” de promoção do desenvolvimento¹².
- As **articulações tecidas no território**, como as estabelecidas com centros comunitários, associações de moradores, pastorais, associações de produtores locais, centros educacionais etc., estabelecem parcerias com diferentes organizações e entidades a partir da atuação complementar, contribuindo para conferir complexidade às concepções e práticas de desenvolvimento territorial.
- As redes, cooperativas, cadeias e **arranjos de produção**, comercialização, distribuição e consumo, normalmente compostas de diferentes grupos produtivos do mesmo segmento a exemplo da Justa Trama da indústria têxtil, conectam as experiências territorializadas com processos econômicos e políticos mais amplos, criando formas inovadoras de articulação do local com o global.

¹²Como exemplo, os diversos projetos do Instituto NUA, em São Paulo (Escola de Desnegócio, Viveiro-escola agroflorestal, Universidade da quebrada, escola debaixo da ponte, grupo de costura Flor de Cabruêra etc); da Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, em Salvador (banco comunitário, escola comunitária Luiza Mahin, creche comunitária Rubi, espaço cultural Alagados) e as ações da Justa Trama em Porto Alegre (banco comunitário Justa Troca, Escola Popular de Educação Infantil Nova Geração, cooperativa de costura Univens).

- As **redes políticas** mais amplas, organizadas a partir dos segmentos de atuação, garantem uma unidade de ação entre diferentes territórios, fortalecem a visibilidade e a incidência na construção, execução e controle social de políticas públicas.
- As articulações estabelecidas com o **poder público** podem significar o acesso ao financiamento, como vimos, e a possibilidade de inflexão em serviços, equipamentos e projetos com ampla abrangência populacional.
- A vinculação a **movimentos populares e sociais** (movimento negro, movimento feminista, grupo de agricultura urbana) promove densidade às discussões, conecta a redes de articulação política e ideológica mais amplas, expandindo a ação para além do local/território, e também contribui com recursos humanos e materiais para a manutenção do trabalho das entidades.

Nas redes se articulam diferentes pontos de vista, saberes, isso garante processos mais densos de reflexão. Nessas redes circulam saberes, financiamento, alianças políticas. Isso fortalece o grau das reivindicações e aprofunda a relação de pertencimento com o território. A articulação em rede e a circulação de pessoas contribuem para os processos de politização; para o angariamento de financiamento; acesso a matéria prima, tecnologias, equipamentos, mobiliário, terrenos e prédios; possibilitam troca de informações e experiências, acesso a oportunidades de formação; contribuem para a organização comercial e logística no caso de organizações orientadas para a produção ou oferta de serviços; conferem visibilidade às ações locais; fortalecem a incidência política; inspiram e orientam a construção de novas frentes de ação.

Ao promover a conexão e a troca de experiências entre as organizações, a proposta do Instituto Paul Singer com a realização desta pesquisa-ação também foi contribuir com o fortalecimento desses diferentes tipos de articulação e ser um nó das redes. É por reconhecer a importância dessas articulações e a forma como conferem densidade às concepções e práticas de desenvolvimento que acreditamos que, mais do que um olhar atento às organizações locais, devemos apostar nosso olhar teórico e prático nos **arranjos de desenvolvimento solidário**.

É na articulação dessas redes e arranjos que pudemos observar de forma mais sistematizada a articulação entre as dimensões do “tripé” do desenvolvimento solidário, a economia solidária, a agroecologia e a educação transformadora, combinando atores e instituições que atuam de forma complementar e polissêmica que permitem abordar de forma complexa, densa e capilarizada ações locais articuladas com um debate mais amplo sobre o desenvolvimento.

PARTE 3

Condições para promoção do desenvolvimento territorial solidário



Como vimos, os arranjos de desenvolvimento, tecnologias sociais de grande fôlego e complexidade, são formados por organizações e instituições múltiplas, que englobam organizações comunitárias, entidades de assessoria técnica, entidades privadas, religiosas e filantrópicas, e o Estado. Nesta terceira parte, reunimos proposições e orientações, elaboradas junto às organizações interlocutoras da pesquisa, para a elaboração de políticas públicas e para direcionamento do investimento social privado (ISP) no sentido de potencializar as ações de desenvolvimento solidário que já estão sendo colocadas em práticas nas periferias urbanas de todo o Brasil.

Destarte, partimos do entendimento de que os projetos, concebidos e implementados territorialmente, têm o potencial de serem replicados em outros territórios. É o que conta Hermes de Souza quando fala do sonho em levar a Escola de Desnegócio, projeto do Instituto NUA de São Paulo/SP, para “várias quebradas do Brasil”. A ideia não é criar modelos prontos para serem implementados de maneira vertical, mas sim servirem de inspiração, respeitando a realidade local e conectando as experiências a partir de uma visão comum sobre as bases políticas do desenvolvimento solidário.

Aprendemos, com as organizações, que desenvolver o ecossistema econômico dos territórios periféricos, com olhar sensível às dimensões ambiental, econômica e educacional, torna-se um projeto cada vez mais sólido e efetivo quanto maior for a participação popular auto organizada. Com as orientações a seguir, pretendemos avançar nas condições materiais e políticas de promoção de um desenvolvimento solidário baseado no envolvimento.

Ações nas comunidades

- **Ocupar espaços públicos**, como praças, parques, escolas, centros comunitários e culturais, com atividades de sensibilização da comunidade e de divulgação das ações de desenvolvimento territorial solidário. Eventos artísticos e culturais (filmes, dança, saraus etc.) são importantes aliados que contribuem para fortalecer a conexão com a população. Nesses eventos, é importante fazer um debate sobre o espaço público e os projetos que a comunidade tem para seu próprio desenvolvimento, identificando o que cabe à população e o que cabe ao Estado;
- **Construir e fortalecer redes e arranjos de desenvolvimento solidário**, integrando articulações já existentes e criando novas articulações, que podem ter o cunho territorial e/ou político. Redes e articulações entre organizações de diferentes territórios, com diferentes características,

tempo de existência, níveis de formalidade, são espaços de sinergia para captação de recurso, pois permitem aprender pela troca de experiência e acumular uma gramática política que favorece não apenas o diálogo com o capital privado-filantrópico como também com o poder público. Alianças com outras organizações que atuam no mesmo território são uma forma de criar legitimidade e resistência, particularmente para ocupação e gestão de espaços públicos e/ou comunitários, sendo uma importante forma de preservar o trabalho comunitário frente às ofensivas do poder público nas trocas de gestão ou embates ideológicos.

- **Desenvolver e fortalecer, de forma contínua e permanente, o trabalho junto às escolas dos territórios.** As escolas públicas são os equipamentos por onde passam quase toda a população brasileira e são um bom caminho para conexão e diálogo com as famílias, sendo um espaço chave para o diálogo sobre os dilemas e o futuro do território. Para isso, fortalecer as redes de educação livre e popular e envolver as equipes escolares, a partir dos alinhamentos comuns, contribui, conectando diversas organizações que atuam de forma semelhante em territórios distintos, provocando um impacto não apenas no território de atuação, como também na transformação dos paradigmas da educação.

Reivindicações junto ao poder público

- Frente à dificuldade das organizações comunitárias com questões administrativas, burocráticas e jurídicas, é importante que o poder público seja responsável e sensível, garantindo possibilidade de formação e acompanhamento para as organizações. Também é importante **criar formas inovadoras de solicitação e prestação de contas de recursos públicos**, de maneira adequada às realidades locais, que são diversas e muitas vezes encontram-se à margem dos grandes centros de produção de conhecimento e circulação de riquezas.
- O debate sobre formas inovadoras de inscrição em editais e prestação de contas estende-se à **criação e validação de sistemas de indicadores alternativos**, que sejam compatíveis com as particularidades e com os impactos - que são processuais e também subjetivos - de promoção do desenvolvimento solidário. Uma proposta é o uso de material audiovisual para registrar as ações e impacto delas na vida das pessoas dos territórios de atuação.
- Reivindica-se que o acesso aos recursos públicos não seja feito apenas

por meio de editais, que normalmente são de alta complexidade burocrática e administrativa e com tempo determinado, mas também por meio de convênios e de outros instrumentos de repasse que garantam **autonomia** e **continuidade** das ações de referência na promoção do desenvolvimento solidário.

- Os convênios que permitem à comunidade gerir equipamentos públicos de cultura e atendimento à criança e adolescente são bons exemplos. No entanto, o mesmo não acontece em relação às escolas comunitárias que, a partir do nível fundamental, não conseguem acessar recursos públicos. A destinação de recursos públicos para projetos comunitários de referência não é equivalente à privatização do serviço público. As experiências aqui registradas mostram os potenciais do financiamento de projetos comunitários, nos quais o recurso é gerido de maneira coletiva, tendo como prioridade a comunidade e a oferta de serviços gratuitos e de qualidade para a população, contextualizados com a realidade, identidade e cultura local.
- Reivindica-se que programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a Renda Básica de Cidadania, sejam repassados em **moedas sociais**, atrelando a circulação de riquezas aos territórios. Esse é um trabalho denso e complexo de fortalecimento das estratégias de finanças solidárias locais, de formação da população e de gestores/as públicos/as, que tem exemplos positivos como o de Maricá, onde cerca de 138 mil pessoas recebem algum tipo de benefício na moeda Mumbuca, em um município de 200 mil habitantes.
- Ações de extensão das **universidades** aportam conhecimentos e um grau de organicidade importante, vinculando os saberes locais ao conhecimento técnico que pode significar melhora das atividades, registro e sistematização das ações, acesso a conhecimentos jurídicos/administrativos e um certo grau de legitimidade que favorece a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias. É necessário que as ações sejam construídas junto com a comunidade, pautadas no respeito à cultura e saberes locais e às concepções e práticas de desenvolvimento construídas pelos sujeitos que habitam os territórios.

Diálogo com o investimento social privado

- É importante que o investimento social privado respeite a **autonomia**

- das organizações comunitárias, seja com a transferência direta de recursos, seja mediante cessão de uso de espaços físicos ou da prestação de assessoria técnica. Isso significa adotar posturas democráticas e horizontais de gestão e prestação de contas, a partir do entendimento de que a promoção do desenvolvimento solidário é uma tarefa construída a muitas mãos e que se beneficia da parceria entre diferentes tipos de organização, mas que não pode ser confundida com o trabalho assistencial, e deve evitar o estabelecimento de relações de tutela, controle ou clientelismo.
- Às organizações de investimento social privado que desejam apoiar o trabalho de desenvolvimento territorial solidário, é importante que se comprometam com a **criação de mecanismos de recebimento de demandas de financiamento e de avaliação do impacto que sejam sensíveis às particularidades de cada território e à realidade de cada organização comunitária**. As organizações filantrópicas têm o potencial de contribuir com as condições materiais para o desenvolvimento das atividades, com a oferta de formação baseadas na autogestão e democracia, dando visibilidade a partir da inserção em redes mais amplas. Em contrapartida, as organizações comunitárias contribuem para a aproximação com a comunidade local por meio da mobilização comunitária, garantindo o efetivo o empenho dos recursos, financeiros e humanos, de forma a fazer sentido com as demandas e interesses da população dos territórios. Para isso, sugere-se criar, junto com organizações comunitárias de referência na promoção do desenvolvimento solidário, formas de interação, registro e monitoramento das ações que garantam a potencialização do trabalho comunitário com autonomia.
- Um bom caminho para fortalecer o desenvolvimento solidário dos territórios periféricos é contribuir com a **troca de saberes e experiências**, entre: diferentes organizações que atuam no mesmo território; organizações de diferentes territórios que atuam de maneira semelhante; entidades de diferentes naturezas, potencializando os aprendizados advindos da troca de experiências, repertórios e saberes.

Considerações finais

Esta pesquisa aporta uma contribuição para o debate sobre desenvolvimento, sobretudo nas periferias urbanas, e foi construída de forma coletiva e junto da perspectiva de quem atua, na prática, habitando e transformando diferentes territórios. Procuramos, neste relatório, reunir conhecimento sobre quem são essas pessoas comprometidas com a

promoção de um desenvolvimento territorial solidário, como atuam e quais suas projeções para o futuro. Em fase exploratória, a criação de um banco de experiências de desenvolvimento solidário mostrou a diversidade e multiplicidade de organizações que atuam de maneira territorializada com ações de economia solidária, agroecologia e educação transformadora, movidas pela cultura, saberes e identidades locais. Ao conhecer algumas delas, situadas em periferias dos centros urbanos brasileiros, foi possível identificar o protagonismo feminino e a adoção de práticas de autogestão. Por meio de ferramentas da educação popular, da arte e da cultura, tecendo debates sobre o racismo e sobre estratégias (novas e velhas) de colonização dos territórios e apagamento das memórias ancestrais, vemos como são construídas concepções e práticas contra-hegemônica da promoção do desenvolvimento.

Nas organizações visitadas e por meio do diálogo profundo e continuado com interlocutores/as dessas organizações, observamos que são nos arranjos de desenvolvimento solidário onde se encontram, de forma potente, as relações entre economia solidária, agroecologia e educação transformadora. O fortalecimento de práticas econômicas locais baseadas em relações de confiança; um urgente debate ambiental que passa pelos impactos das mudanças climáticas, pelo descarte de resíduos e pela segurança alimentar e nutricional da população; e uma reflexão sobre a maneira como a educação transformadora contribui para a criação de um senso de pertencimento, de envolvimento e de autorrealização, tendo a escola como equipamento central e de igual maneira a aposta em espaços de educação livres e não formais; vemos a profundidade, complexidade e densidade do projeto do desenvolvimento solidário.

Ao fim deste ciclo de pesquisa, afirmamos a pesquisa-ação como um instrumento potente para conhecer, sistematizar e fortalecer ações que já estão acontecendo em todos os cantos do Brasil, construídas por pessoas movidas pelo senso de cooperação, solidariedade e respeito, buscando construir desde seus territórios o bem-viver. A visita nas organizações, onde é possível conhecer os territórios de atuação, é uma etapa incontornável do processo de investigação, que contribui para afinar o olhar às particularidades de cada realidade e para construir relações de confiança com as equipes das organizações interlocutoras. Os momentos de debate e troca de experiência são oportunidades preciosas de compartilhar com as pessoas que atuam no dia a dia análises e reflexões sobre as concepções de desenvolvimento, qualificando as concepções de desenvolvimento solidário e contribuindo para sua difusão e divulgação.

Reforçamos o caráter positivo das trocas de experiências realizadas com oficinas virtuais - que proporcionam a participação de um número maior de

pessoas - e presencial - que proporciona um olhar aprofundado; momentos que contribuíram de maneira fundamental às análises aqui apresentadas. Reafirmamos a importância dos arranjos de desenvolvimento solidário, colocando o Instituto Paul Singer como uma das organizações desses arranjos, contribuindo para o fortalecimento e expansão das redes e articulações. Como continuidade, esperamos avançar com essas articulações, organizando, por exemplo, visitas como a realizada no Instituto NUA pelas demais organizações interlocutoras deste ciclo de pesquisa. A Rede CAMMPI, de Salvador, já se prontificou a ser a próxima anfitriã de atividades sobre o desenvolvimento solidário.

Por fim, apontamos um novo caminho de investigação, que se desdobra dos aprendizados desta pesquisa: compreender de que maneira as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário elaboram sistemas de indicadores alternativos, com objetivo de sistematizar, monitorar e avaliar o impacto das suas ações. Acreditamos que essa dimensão é um passo significativo na qualificação do desenvolvimento solidário como proposta concreta, assentada em experiências reais, como um projeto político de grande fôlego para garantir novas correlações de força entre as pessoas e a natureza nos diferentes territórios do nosso país.



Oficina sobre Desenvolvimento Solidário organizada como uma das etapas da pesquisa que deu origem à esta publicação. Estivemos juntos, em São Paulo/SP, em julho de 2024: Instituto Paul Singer, Instituto Nova União da Arte, Galpão ZL e Fundação Tide Setubal - de São Paulo; Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia - de Salvador; Incubadora Mumbuca Futuro, de Maricá.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Renato Souza e NASCIMENTO DE JESUS, Marcelo . Desafios para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, Tiaraju Pablo. (Org.). Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas. 1ed.São Paulo: Dandara Editora, 2021, v. 1, p. 01-286.

ANDRADA, Cris Fernández.; SATO, Leny. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. spe, p. 3-13, 2014.

ARAUJO, Tania Barcelar; Guimarães Neto, Leonardo ; Favareto, Adilson ; Santos, Valdeci Monteiro . Pensando o futuro das Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. In: Tania Bacelar de Araujo. (Org.). Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Brasília: Ed IICA, 2010, v. 1, p. 197-216.

CASADO, Gloria Guzman; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel Gonzalez de. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CAZELLA, Ademir Antonio e CARRIÈRE, Jean-Paul. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Eisforia (UFSC), v. 4, p. 23-47, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ademir-Cazella/publication/278405323_Abordagem_introdutoria_ao_conceito_de_desenvolvimento_territorial/links/5b4e1d0545851507a7a98c87/Abordagem-introdutoria-ao-conceito-de-desenvolvimento-territorial.pdf

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. Kvinder, Køn & Forskning, [S. l.], n. 2-3, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz E Terra, 2008 (1996).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da solidariedade. São Paulo: Paz e Terra, 222

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Territórios de Direitos: um guia para construir um plano de bairro com base na experiência do Jardim Lapena. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2019. Disponível em: https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/publicacao_2986.pdf

GAIGER, Luiz Inacio. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. Cadernos CRH , v. 22, p. 563-580, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 157-183, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

JUSTO, Marcelo G.; SCHIAVINATTO, Monica. Bem Viver e Economia Solidária: aproximações para o desenvolvimento solidário e sustentável. *P2P E INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 9, n. esp, p. 81–96, 2023.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Plural. In: CATTANI, Antonio David (et al). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009

LOVATO, Antonio e FRANZIM, Raquel. *O ser e o agir transformador: para mudar a conversa sobre educação*. São Paulo: Ashoka Brasil, 2017

MARINHO ALVES DA SILVA, Roberto; SILVA, RONALDA B. Desenvolvimento Solidário: a dimensão estratégica da economia solidária em Paul Singer. *P2P E INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 9, n. esp, p. 114–133, 2023.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *As tramas da esperança: a história não para...* São Leopoldo: Editora Oikos. 2020.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *Tramando certezas e esperanças: a história não para..* São Leopoldo: Editora Oikos. 2014

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio De Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *A Globalização da Natureza e Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Petrópolis: Paz e Terra, 1988

SANTOS, José Aderaldo Trajano dos; ROSSETTO, Juliana Dei Svaldi. *Algodão Orgânico Colorido: Gerando renda e cidadania na agricultura familiar do semiárido brasileiro*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

SANTOS, Kátia Leticia Costa (org.). *Estrelas do mar*. Salvador: Ed. dos Autores, 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Santos, Souza e Silveira (coord.) Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Gênero e pobreza na proteção social e no desenvolvimento social: convergências de agenda por meio de uma gestão sexuada. In: Georges, Isabel ; Santos, Yumi Garcia dos. As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local do serviço e relações de gênero. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016. v. 1. pp. 31-71

SINGER, Paul. Desenvolvimento : significado e estratégia. In: SINGER, Paul. Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: SINGER, Paul. Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SINGER, Paul. É possível levar o desenvolvimento para comunidades pobres? In: SINGER, Paul. Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.